

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA

GIOVANNA DE BARROS ESPÍNDOLA AMARAL

**COMUNICAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA:
AS POLÍTICAS DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Goiânia
2005

GIOVANNA DE BARROS ESPÍNDOLA AMARAL

**COMUNICAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA:
AS POLÍTICAS DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Área de concentração: Comunicação e Política
Orientador: Prof. Dr. Luiz Signates Freitas

Goiânia
2005

GIOVANNA DE BARROS ESPÍNDOLA AMARAL

**COMUNICAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA:
AS POLÍTICAS DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de bacharel, aprovado em 06 de dezembro de 2005, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Luiz Signates – UFG
Orientador

Prof.

Prof.

Aos meus pais que fizeram de seus sonhos os meus e me ofereceram, com profundo zelo e cuidado, todos os meios para que eu iniciasse, prosseguisse e concluísse meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor de minha vida, pelo amor incondicional e abundante graça.

Ao meu amado Paulo, por sua paciência e sabedoria.

Aos amigos e familiares, especialmente Taciana pelo companheirismo nos momentos mais difíceis e Tio Alberto pelo empréstimo das revistas Veja.

Ao professor Signates, meu orientador, por ter me apresentado a ciência e me conduzido em seus métodos.

"Aquele que se gloriar, glorie-se nisto: em me conhecer e saber que eu sou o Senhor".

Livro do Profeta Jeremias, Bíblia Sagrada

RESUMO

A democracia brasileira, ainda incipiente, apresenta vários desafios para que a comunicação se consolide como política de participação. Embora ainda pouco estudado, o enlace da comunicação e da política apresenta diversos conceitos. Comunicação governamental, marketing político, comunicação pública, significam diferentes maneiras de estruturação das políticas de comunicação do governo. Este trabalho pretende verificar, pois, a concepção de comunicação praticada pela Sub-Secretaria de Comunicação Institucional da Secretaria Geral da Presidência da República (Secom) e, como essa concepção especifica a relação Estado-sociedade. Para tanto, foram avaliados os instrumentos normativos que determinam as políticas adotadas, averiguando as incoerências da legislação e a análise empírica do boletim eletrônico da Secretaria, "*Em questão*". O texto da lei que institui a Secom apresenta que, uma das finalidades da Secretaria é proporcionar o diálogo do cidadão com o poder público. Mas, por outro lado, não especifica de que modo este fluxo comunicativo poderá ser efetivado. As edições analisadas do *Em questão* correspondem ao período inicial da crise política desencadeada por denúncias publicadas na revista *Veja* de 18 de maio de 2005. Com o objetivo de compreender em que contexto se insere as matérias do *Em questão* (já que grande parte das denúncias parte da revista *Veja*) foram feitas análises comparativas das edições de *Veja* e *Carta Capital*, e ainda verificada a influência/importância da mídia na estruturação das políticas de comunicação do governo. Apesar de estimular a participação do cidadão no combate à corrupção, *Em questão* limita-se a apresentar as atitudes do governo em resposta às denúncias da mídia.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| 2. COMUNICAÇÃO E POLÍTICA..... | 11 |
| 2.1 <i>COMUNICAÇÃO PÚBLICA.....</i> | <i>12</i> |
| 3. AS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL | 17 |
| 3.1 <i>MATERIAIS E MÉTODOS</i> | <i>17</i> |
| 3.2 <i>INSTRUMENTOS NORMATIVOS.....</i> | <i>18</i> |
| 3.3 <i>BOLETIM ELETRÔNICO “EM QUESTÃO”</i> | <i>25</i> |
| 4. O MODO COMO O CIDADÃO É INFORMADO PELA MÍDIA..... | 35 |
| 4.1 <i>MÍDIA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA</i> | <i>35</i> |
| 4.2 <i>REVISTA VEJA.....</i> | <i>36</i> |
| 4.3 <i>REVISTA CARTA CAPITAL.....</i> | <i>49</i> |
| 5. RESULTADO E DISCUSSÃO | 57 |
| 6. CONCLUSÃO | 62 |
| REFERÊNCIAS | |
| ANEXO I: BOLETIM <i>EM QUESTÃO</i> | |
| ANEXO II: REVISTA <i>VEJA</i> | |
| ANEXO III: REVISTA <i>CARTA CAPITAL</i> | |

INTRODUÇÃO

Durante o ano letivo de 2003, por meio do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica CNPq/UFG iniciamos o subprojeto de pesquisa denominado “Comunicação como política pública: Estrutura e Funcionamento da Agencia Goiana de Comunicação”. A pesquisa, orientada pelo professor Dr. Luiz Signates alcançou resultados significativos. Além do estudo das estruturas normativas, foram realizadas entrevistas com os principais atores que elucidaram o modo como as políticas de comunicação do governo estadual estavam fundamentadas e até que ponto elas se efetivam como políticas públicas. Em 2004 prosseguimos o trabalho de iniciação científica com o estudo na esfera federal. O presente Trabalho de Conclusão de Curso é, pois, um desdobrar da pesquisa feita na Secretaria da Comunicação Institucional da Presidência da República (Secom), por meio da análise empírica do boletim eletrônico da Secom *Em questão*.

Partimos do pressuposto de que não há no Brasil uma articulação teórica, e muito menos, uma experiência prática de comunicação como política pública (SIGNATES, 2003).

A Secom, como principal órgão que regula e planeja as políticas de comunicação, dentre seus veículos, possui o boletim eletrônico *Em questão*, criado pelo governo Lula. A questão que tentaremos responder neste trabalho compreende o modo como o governo se posiciona, por meio do *Em questão*, aos cidadãos diante de denúncias de corrupção e a análise da estrutura normativa da Secretaria de Comunicação. Pretende-se, pois, averiguar até que ponto estas políticas se efetivam como públicas.

Durante o primeiro semestre de 2005, especificamente nos meses de maio e junho, iniciou em nosso objeto de pesquisa, a Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica, forte crise, evidenciando a fragilidade das políticas de comunicação. O ministro perdeu seu status, e o subsecretário fora exonerado. Mudou-se o nome da Secom, mas os instrumentos que normatizam as políticas se mantiveram os mesmos.

Esta crise foi ocasionada devido ao fato de que, em meados de maio, escândalos políticos povoaram a mídia. Uma série de denúncias afetou seriamente o governo e o seu partido. A mídia, de onde se originou a maior parte das denúncias, se posicionava de diversos modos: O PT perdeu a imagem de partido ético, todas as

improbidades já existiam antes e persistiram no PT, o PSDB aproveitou o momento, exagerou, e lançou seus candidatos. Diante deste quadro, este trabalho pretende discutir as ações do governo, averiguando o *Em questão* e o enlace da mídia, especificamente das revistas *Veja* e *Carta Capital*, na construção destas políticas de comunicação. Para tanto questiona-se de que modo o governo se posiciona, se são seguidos os instrumentos normativos que determinam as políticas de comunicação, ou não. Enfim, o que o cidadão necessita de saber, além das denúncias da mídia? Qual o papel dos veículos públicos no processo de informação do cidadão? Quais são as políticas de comunicação do governo?

Por isso, a questão que consideramos de mais alta relevância nesta proposta é a do estudo Estado-sociedade pela perspectiva da comunicação, num movimento teórico de superação de uma visão técnico-instrumental dos processos comunicativos. Num quadro profundamente crítico àquela visão, cujo modelo opera reducionismos hoje inaceitáveis, o objetivo desta pesquisa é produzir ao menos um quadro criterial mínimo de referência à percepção da comunicação como política pública.

“A comunicação pública deve emergir como fator estratégico para a plena vivência democrática no país como espaço privilegiado de negociação entre a sociedade e o Estado” (BRANDÃO, 2003, p. 07).

2. COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

Este trabalho e toda sua articulação teórica se desenvolveu na perspectiva exposta por Rubim (2000), que elucida, principalmente, que compreender o enlace entre comunicação e política é fundamentalmente essencial para a vivência democrática, mas, é um assunto que necessita ser amplamente pesquisado.

Compreender os atuais poderes da política e comunicação, suas mutações e conexões, inscrições na sociabilidade contemporânea passa a ser algo essencial, até mesmo para uma intervenção, que orientada por um horizonte radicalmente democrático, ganhe efetividade na crítica da sociedade capitalista e na construção de uma sociabilidade mais justa (RUBIM, 2000).

Inicialmente, tentaremos compreender o que vem a ser este enlace, muito discutido, mas pouco pesquisado. Signates (2002) define políticas de comunicação como sendo o:

“... campo do uso instrumental da política pela comunicação, significando com isso as estratégias e táticas utilizadas pelas mais diversas instituições (...), com o objetivo de garantir legitimidade e conexão com os seus públicos de interesse”.

Rubim, esclarece ainda que há também uma complexidade de estudos que envolvem a política e a comunicação – mas o que se percebe é que às vezes estima-se a política, se o enlace dos temas for estudado por cientistas políticos, e, estimada a teoria da comunicação, se o tema for estudado por teóricos da comunicação. Por isso, devido ao fato dos temas serem pluridisciplinares pode haver desprezo e o desconhecimento da comunicação ou da política, dependendo do ponto de vista acolhido.

O autor, pretendendo avançar teoricamente, acrescenta que a relação entre comunicação e política sempre existiu, ou seja, sua constituição é inerente tanto ao surgimento da comunicação quanto da política. Ou seja, a comunicação e a política são intrínsecas à própria sociedade. Na Grécia Antiga, a política nasce como prática específica de resolução da questão do poder político, que requisita a atuação

dos cidadãos e o exercício de um debate público para criar e implementar alternativas de governo e da sociedade.

As perspectivas do autor são de que a política moderna e a contemporânea devem caracterizar-se e realizar-se enquanto possibilidade, como inclusão formal e real, ampliação potencial de participação, alargamento temático e caráter majoritariamente público. O autor defende que existem contra-tendências originadas no capitalismo que contradizem as tendências citadas, criando tensões e conflitos, e este poder econômico atua através de diversos mecanismos que vão da cooptação até a corrupção. A reorganização do trabalho também afeta a política no modo em que reconfiguram as comunidades humanas. O processo de racionalização das relações humanas, a amplitude da democracia e a recorrente privatização do Estado subtraem o poder da atividade política.

Bourdieu afirma que (1983 apud MATOS, 1997) a política passou a ser encarada como algo restrito aos “políticos” e não como atividade pertinente a todos os cidadãos, abrindo um fosso entre a política institucionalizada e uma participação política mais ampla.

2.1 COMUNICAÇÃO PÚBLICA

A comunicação pública emerge como fator estratégico para a plena vivência da democracia no País e como espaço privilegiado de negociação entre a sociedade e o Estado. Entende-se, pois, como comunicação pública o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado e a Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública do país (BRANDÃO, 2003).

Recorrendo as discussões de Bobbio (2000) sobre Estado, governo e sociedade, podemos retomar algumas definições importantes e suas discussões.

Hoje a expressão “sociedade civil” é geralmente empregada como um dos termos da grande dicotomia sociedade civil/Estado. O que quer dizer que não se pode determinar e delimitar sua extensão senão definindo simultaneamente o que vem a ser Estado.

“Negativamente, por ‘sociedade civil’ entende-se a esfera das relações sociais não reguladas pelo Estado, entendido restritivamente e quase sempre também polemicamente como o conjunto dos aparatos que num sistema social organizado exercem o poder coativo”. (BOBBIO, 2001, p. 33)

A sociedade civil, que hoje é vista como contraposição do Estado, era visto como a organização da sociedade civil, ou seja, a racionalização da sociedade. Com o nascimento da burguesia, divisão de tarefas, há uma conseqüente contraposição entre a sociedade e o Estado. Bobbio acrescenta que nos últimos anos afirmou-se que ao processo de emancipação da sociedade do Estado seguiu-se um processo inverso de reapropriação da sociedade por parte do Estado. Observou-se ainda que este processo de estatização da sociedade correspondeu a um processo inverso de socialização do Estado através do desenvolvimento das várias formas de participações nas opções políticas, do crescimento das organizações de massa que exercem direta ou indiretamente algum poder político.

“Estes dois processos representam bem as duas figuras do cidadão participante e do cidadão protegido que estão em conflito entre si às vezes na mesma pessoa: do cidadão que através da participação ativa exige sempre maior proteção do Estado e através da exigência de proteção reforça aquele mesmo Estado do qual gostaria de se assenhorar e que, ao contrário, acaba por se tornar seu patrão.” (BOBBIO, 2001, p. 52)

Para Ruas (1998 apud SIGNATES, 2003) a noção de política pública emerge como definidora das ações sistêmicas relacionadas ao Estado ou que implicam em ação do estado ou que implicam em ação do Estado sobre a sociedade.

Signates (2003) ainda avalia que é indispensável considerar a noção de esfera pública ao se tratar de democracia e de políticas públicas. Resumindo diferentes concepções, o autor explica que a esfera pública pode ser definida como palco de encenação política, como conjunto de suas instâncias constitutivas (mídia, organizações da sociedade civil, redes de comunicação). Costa (2002 apud SIGNATES, 2003) afirma que o espaço público não constitui mero palco de encenação política, mas um lugar ambivalente da topografia social, na qual, de um lado, as relações de poder são reproduzidas, de outro, inovações sociais são legitimadas.

“... a comunicação pública diz respeito diretamente às relações de comunicação no âmbito da consolidação da democracia, envolvendo noções de enorme importância e grande atualidade, como participação popular, direitos humanos, cidadania e esfera pública” (Signates 2003, p. 10).

Além do conceito de comunicação pública, Heloíza Matos (1997) define vários conceitos de comunicação:

Comunicação política: conceito geral que define as relações de comunicação entre o Estado e a sociedade, processadas através da mídia ou não e independe do sistema político vigente.

Comunicação governamental: organizações formais de instituições públicas para a divulgação de informações de interesse do governo e se utiliza de propagandas para persuadir a população.

Comunicação Social: também persuasiva, sem pretensões de interesse político, mas educativos, não se utilizando, assim de métodos invasivos e agressivos.

Comunicação Pública: um conceito recente no Brasil que tem como pressuposto uma democracia consolidada, com caráter informativo e prestador de contas das atividades do governo para a sociedade. Instaurada em uma esfera pública, que envolve a sociedade e o Estado no qual são discutidas e tomadas as decisões da vida pública nacional.

A partir destes conceitos estabelecidos, Heloíza Matos (1997) faz um histórico do conceito de comunicação pública, a influencia no processo democrático e sua aplicação social.

Miège (1989 apud MATOS, 1997) defende a comunicação pública como forma de modificar o comportamento do público. Este aspecto aliado à perda do controle do estado sobre as mídias fez com que a comunicação pública se modificasse para o formato mercadológico, mais próxima do marketing político. A prestação de contas e o aspecto informativo que torna o cidadão responsável pela administração são deixados de lado, em benefício do lado instrumental da competição política imediatista da comunicação persuasiva que subjuga o cidadão ao Estado e ameaça a efetiva democracia.

Zemor (1995 apud MATOS, 1997) vê a comunicação pública como uma forma de obtenção de uma legitimidade de interesse público que possibilita o

debate, alimenta a difusão de conhecimento e facilita a ação do governo. E, deste modo a caracteriza como conjunto de suportes de comunicação e mensagens que leva a interação entre governo e sociedade.

Ellul (1990 apud MATOS, 1997) acredita que embora a propaganda seja necessária para o aparecimento das massas na cena política, ela impede a efetivação da democracia – os princípios de eficácia da propaganda se contrapõem aos princípios democráticos de respeito aos direitos individuais.

Heloíza Matos (1997) explica que com a redemocratização do regime político brasileiro, a comunicação política passou a ser pensada como forma de publicidade, buscando o convencimento da população de uma boa administração. A comunicação política não é definida, altera-se de acordo com as circunstâncias necessárias do momento, e, também questiona se a comunicação praticada pelos órgãos públicos, que deveria envolver também a resposta do cidadão a iniciativas no fluxo das relações comunicativas entre o Estado e a sociedade, o é de fato, ou se apenas serve como instrumento de marketing político do governo para legitimar o discurso ideológico e conformar a população dando-a ilusão de participação no processo democrático, afastando a sociedade da efetiva tomada de decisões e apenas divulgando informações de utilidade pública.

Signates (2001) ressalta que em Habermas, a democracia na comunicação traduz-se pela existência concreta de condições de diálogo entre os agentes em interação. Este autor afirma que teria prevalecido um modelo no qual a opinião pública tende a se transformar em mera opinião publicada, arriscando ao fracasso o aprofundamento da experiência democrática.

Elizabeth Brandão (2003, p. 08) em “Comunicação Pública: Conceito incomum” diferencia Comunicação Pública de Comunicação Governamental e do Marketing Político. Como comunicação governamental define a prática de um determinado Governo que visa à prestação de contas e que estimula a população a adotar as políticas promovidas e a reconhecer as ações governamentais nos campos político, econômico e social. É, também, uma forma legítima do Governo se fazer presente perante a população. Ao marketing político, estão vinculados aspectos relacionados à forma particular de promoção de um político, um interesse privado e que nada tem em comum como as questões públicas.

Tanto a comunicação governamental quanto o marketing político procuram atingir a opinião pública, e utilizam-se quase sempre da propaganda, buscando respostas rápidas e efeitos imediatos que possam ser auferidos nas pesquisas e transformados em estratégias de Campanha. Além destes fatores, ambos abusam da mídia na competição por resultados eleitorais e/ou políticos partidários.

De acordo com Silva (2005), o marketing institucional, que envolve o marketing político, desenvolve um produto em especial – a idéia que resulta na imagem pública e trabalha com as características do mercado simbólico e sua essência é a manutenção, sobrevivência e crescimento das instituições que o praticam. Já o marketing governamental, visa realizar ações necessárias à concretização de programa de governo e “deve ser a aplicação de técnicas mercadológicas pelo núcleo do poder visando atender às expectativas da população”.

A comunicação pública, diferentemente, é aquela que se faz no espaço público, sobre temas de interesses públicos.

A comunicação Pública é um conceito que só se expressa no plural. Ela não se instaura unilateralmente; é um processo de construção baseado na autenticidade e na transparência das informações disseminadas. Este processo só pode se manter baseado na convergência das várias instâncias que compõem o poder público. (BRANDÃO, 2003, p. 08)

A autora identifica que o poder público deve promover um fluxo de comunicação entre as necessidades da sociedade e aquelas disponíveis nas instituições públicas, que são, por natureza, as portadoras do interesse geral. É necessário que as políticas de comunicação levem em conta dois aspectos para se efetivarem como políticas públicas. Primeiramente a comunicação deve ser uma garantia de cidadania, demonstrar transparência e confiabilidade na administração dos negócios públicos, e, em seguida, deve servir para que a opinião pública se expresse, tornando-se um exercício de interlocução com a sociedade como forma de garantir a realização de ações do interesse público.

Diante deste quadro conceitual, serão avaliados os instrumentos normativos que estruturam a Secom e analisadas edições do boletim eletrônico *Em questão*.

3. AS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Este trabalho pretende verificar a concepção de comunicação que pragmaticamente emerge e até que ponto ela é percebida/praticada como política pública pela Sub-Secretaria de Comunicação Institucional da Secretaria Geral da Presidência da República (Secom) e, como essa concepção especifica a relação Estado-sociedade. Para tanto, serão tomados dois procedimentos – averiguação dos instrumentos normativos que determinam as políticas adotadas, e o estudo empírico destas ações por meio da análise do boletim eletrônico da Secretaria, *Em questão*.

3.1 MATERIAIS E MÉTODOS

De acordo com Eva Lakatus e Maria de Andrade Marconi (1985), a pesquisa científica se dá por meio da documentação e observação. A metodologia aplicada na coleta e análise das informações se baseou em documentação indireta.

Segundo as autoras, a documentação indireta é realizada por meio de pesquisa documental (fonte primária – como os arquivos públicos, arquivos particulares, fontes estatísticas – e pode ter diferentes tipos – tais como escrito, iconográfico, fotográficos, objetos, canções folclóricas, vestuário e folclore).

Inicialmente, foi feito um estudo detalhado das leis e decretos do Governo Federal (publicados no diário oficial da União) que estabelecem a criação e estruturam a Secom. Foram analisadas as incoerências da legislação, além das informações contraditórias e imprecisas que fazem parte da redação do decreto, tendo sempre em perspectiva averiguar até que ponto, estes instrumentos normativos configuram ou não uma produção comunicativa e democrática de relação das estruturas estatais com a sociedade.

A análise do boletim eletrônico *Em questão*, publicado pelo site www.brasil.gov.br/emquestao, é uma tentativa de averiguação empírica das políticas de comunicação na Secom, determinadas ou não nos instrumentos normativos. As edições elencadas correspondem ao período inicial da crise política desencadeada por denúncias publicadas na revista *Veja* de 18 de maio de 2005.

Para compreender em que contexto se insere as matérias do *Em questão* (já que grandes partes das denúncias partem da revista *Veja*) as análises de algumas edições de *Veja* e *Carta Capital* se fizeram imprescindíveis, do mesmo modo, para melhor observação das políticas de comunicação executadas pelo governo, e ainda, do papel da mídia para na estruturação das políticas de comunicação.

Considerando este método, foram eleitos os momentos iniciais da crise política, que foram desencadeadas por denúncias da revista *Veja* em 18 de maio, especificamente, o envolvimento do presidente Nacional do PTB, deputado federal Roberto Jefferson em cobrança de mensalão para os seus apadrinhados que ocupavam cargos em estatais (Correios, Instituto de Resseguros do Brasil), a divulgação das investigações da Polícia Federal envolvendo corrupção de petistas no Ibama e a série de denúncias de Jefferson de que havia um mensalão do PT mas, antes da comprovação do Banco Central de que o publicitário Marcos Valério de fato fazia saques milionários e era avalista do PT, e a conseguinte instalação da CPI do Mensalão (até edições de 22 de junho).

Ou seja, foi escolhido um período de tempo em que surgiram as denúncias que desencadearam toda a crise política. Cabe ressaltar que a escolha pelo período inicial também foi feita mediante ao fato de que seria impossível avaliar os outros períodos sem remeter ao início, e ainda, seria por demais complexo escolher um assunto depois da comprovação do envolvimento de Marcos Valério devido ao grande volume de informação.

Do Boletim *Em questão* foram analisadas as edições de número 316, 317, 325 e 328 da revista *Veja* as de número 1.905, 1.906, 1.907, 1.908, 1.909, 1.910 e a *Carta Capital* as de número 343, 344, 346, 347.

Novamente, seguindo a estes critérios metodológicos, pretende-se saber até que ponto se pode considerar como política pública as políticas de comunicação praticadas pela Subsecretaria de comunicação institucional da secretaria-geral da presidência da República.

3.2 INSTRUMENTOS NORMATIVOS

As mudanças decorrentes da crise política, desencadeada no mês de maio pela denúncia de esquema de corrupção nos contratos de licitações dos

Correios e posteriores acusações do deputado federal Roberto Jefferson, alteraram significativamente a estrutura da Secom. O então secretário, que possuía status de ministro, Luis Gushiken perdeu sua atribuição e o subsecretário Marcos di Flora foi exonerado. A Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica foi extinta e criada a Subsecretaria de comunicação institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República (Secom). Estas medidas foram regulamentadas pela medida provisória (MP) de número 259 de 21 de julho de 2005, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

À Gestão estratégica, que antes também era atributo da Secom, foi criado o núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Conforme determinou a MP, a presidência da República é constituída pela Casa Civil, Secretaria-Geral, Secretaria de Relações Institucionais, Gabinete Pessoal e Gabinete de Segurança Institucional.

A Secom, destituída, é substituída pela Subsecretaria de Comunicação Institucional órgão da Secretaria – Geral da Presidência da República, no artigo terceiro da Medida provisória, sendo suas atribuições, especialmente no primeiro e no sétimo item, relacionar e articular com as entidades da sociedade civil, na criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo, proporcionar o assessoramento sobre assuntos relativos à política de comunicação e divulgação social do Governo e de implantação de programas informativos.

O artigo 12 da referida MP afirma que até que sejam aprovadas as estruturas regimentais dos órgãos essenciais e de assessoramento da Presidência da República são mantidas as estruturas, competências, atribuições e denominação das unidades. Devido a esta garantia, segue-se a averiguação da Lei que instituída a Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica.

O decreto-lei de número 200 de 25 de fevereiro de 1967 cria a Secretaria de Comunicação Social e a constitui como órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República e o seu respectivo chefe recebe poderes de Ministro de Estado.

Silva (2005, p. 02) explica que a Secom foi criada em 1979, pelo último presidente militar, João Batista Figueiredo e que, no decorrer de sua história, sofreu mudanças, ganhou e perdeu prerrogativas de acordo com os governos que

gerenciaram; e que hoje tem uma importância fundamental, já que é responsável só pela coordenação da política de comunicação estatal.

A Secom também determina a coordenação, a normatização, a supervisão e o controle da publicidade e de patrocínios dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal e convocação de redes obrigatórias de rádio e televisão. A secretaria possui como estrutura básica o Gabinete, uma Secretaria-Adjunta e três Subsecretarias.

A lei de número 10.683, no Artigo 1º do anexo I, estabelece que à Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições e assessorá-lo nos assuntos pertinentes à política de comunicação e divulgação social do Governo e de implantação de programas informativos.

Percebemos que uma das funções da Secom é formular a política de comunicação do governo; e, devido ao fato de regulamentar todos os ministérios, não há especificidade a essas políticas, principalmente, no que tange a quais paradigmas elas deveriam ser delineadas.

A lei determina o assessoramento ao Presidente da República sobre a gestão estratégica, inclusive políticas públicas, na análise e avaliação estratégicas, na formulação da concepção estratégica nacional, na articulação de centros de produção de conhecimento, pesquisa, análise estratégica, na promoção de estudos e elaboração de planos, programas e projetos de natureza estratégica, assim caracterizados pelo Presidente da República, realizar pesquisas de opinião pública e fiscalizar e avaliar a execução de contratos de gestão das atividades sob sua supervisão; e, ações pertinentes à publicidade e patrocínios dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Federal.

A estrutura organizacional da Secom é formada por órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, como Gabinete e secretaria Adjunta e órgãos específicos singulares, composto por subsecretaria de Publicações, Patrocínios e Normas, Subsecretaria de Publicidade, e entidade vinculada a Radiobrás – Empresa Brasileira de Comunicação S.A.

Dentre os órgãos de assistência direta e imediata ao ministro de Estado, são atributos do gabinete do Ministro e da Secretaria-Adjunta, assessorar, incumbir-se do preparo e despacho do expediente do Ministro de Estado, convocar redes obrigatórias de rádio e televisão, coordenar o planejamento e a execução dos

assuntos administrativos da Secretaria, auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de sua competência; além de contribuir, no âmbito da Secretaria, para a elaboração, coordenação e controle de planos, programas e projetos de natureza estratégica.

Ainda é atributo destes órgãos, organizar e analisar o noticiário divulgado pela imprensa sobre o Poder Executivo Federal, orientar na retificação de informações que tenham sido divulgadas de forma incorreta, incompleta ou distorcida; estabelecer e supervisionar programa de pesquisa para acompanhamento sistemático da opinião pública; coordenar as ações de assessoria de imprensa dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Federal.

Às subsecretarias, que compõem os órgãos Específicos Singulares, competem assessorar e assistir o Ministro de Estado no âmbito específico de Publicações, Patrocínio, Normas e Publicidade, como coordenação de edição, produção e distribuição de publicações, uso de marcas e assinaturas publicitárias, definindo, assim, a identidade visual das entidades do Poder Executivo Federal e demais competências administrativas, tipicamente pertinentes aos órgãos públicos. Cabe ainda à Subsecretaria de Normas propor ao Subsecretário deste setor, em articulação com a Subsecretaria de Publicidade, mediante prévia audiência do órgão jurídico da Presidência da República, a aprovação de editais de licitação para contratação de agências de propaganda, de assessoria de comunicação, de assessoria de imprensa e de relações públicas, submetidos à secretaria pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, e dos relatórios das respectivas comissões especiais de licitação relacionadas à contratação de agências de propaganda.

O texto de apresentação do site da Secom de modo sucinto ratifica suas atribuições determinadas pelo decreto:

A Secom é responsável pela coordenação, normatização, supervisão e controle da publicidade e de patrocínios dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, e de sociedades sob controle da União. A Secretaria é responsável pela comunicação do Governo Federal, presta apoio aos seus órgãos e busca fortalecer canais de comunicação dos cidadãos e das cidadãs com o Poder Executivo Federal. (Secom, 2005)

Novamente, os decretos não especificam, como o texto de apresentação do *site*, o fortalecimento dos canais de comunicação dos cidadãos com o Poder

Executivo. Cabe ressaltar novamente, retomando os referenciais teóricos da pesquisa, que na comunicação pública há um diálogo, entre cidadão e Estado. Por isso, é essencial que, inversamente, os canais de comunicação entre o Poder Executivo com os cidadãos também sejam fortalecidos.

O caput do decreto de número 4799 de 4 de agosto de 2003, que dispõe sobre a comunicação de governo do Poder Executivo, elucida que o referido decreto tem em vista o disposto no Parágrafo primeiro do artigo trinta e sete da constituição, que determina que “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços, e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de serviços públicos”.

A comunicação de governo do Poder Executivo Federal terá como objetivos principais disseminar informações sobre assuntos de interesse dos mais diferentes segmentos sociais; estimular a sociedade a participar do debate e da definição de políticas públicas essenciais para o desenvolvimento do País; realizar ampla difusão dos direitos do cidadão e dos serviços colocados à sua disposição; explicar os projetos e políticas de governo propostos pelo Poder Executivo Federal nas principais áreas de interesse da sociedade. Os dois últimos objetivos do decreto que atendem às necessidades de informação de clientes e usuários das entidades integrantes do Poder Executivo Federal e a promoção da visibilidade do país no exterior.

Neste artigo, especificamente no que se refere a estimular a sociedade ao debate para a definição de políticas públicas essenciais para o País, configura-se uma das principais características da comunicação pública; a interatividade. Mas, novamente, não há planejamento, especificação de modo será estabelecida esta interatividade, principalmente, quais meios serão utilizados para que ela seja assegurada como direito do cidadão.

O decreto ratifica também a determinação da Constituição de que a publicidade que, direta ou indiretamente, caracterize promoção pessoal de autoridade ou de servidor público será vedada. Aqui, um empecilho legal ao marketing político.

Nem o decreto e nem a constituição explicitam de modo satisfatório quais as práticas adotadas para vetar e fiscalizar a publicidade que caracterize promoção

pessoal de autoridade ou de servidor público; e até que ponto ela poderia ser caracterizada como promoção indireta.

No artigo 2º do referido decreto está explicitado que as ações de comunicação de governo compreendem as áreas de imprensa, relações públicas e publicidade. A publicidade pode ser de utilidade pública, institucional, mercadológica e legal. A publicidade ainda pode abranger a promoção institucional e mercadológica, incluídos os patrocínios.

No artigo terceiro, o decreto estabelece que na execução das ações de comunicação de governo, deverão ser contempladas a sobriedade e a transparência dos procedimentos; a eficiência e a racionalidade na aplicação dos recursos; a adequação das mensagens ao universo cultural dos segmentos de público com os quais se pretenda comunicar; a diversidade étnica nacional; a regionalização da comunicação; e a avaliação sistemática dos resultados (uma ação que “instrumentaliza” a comunicação).

A Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência de República, como entidade central, e as unidades administrativas dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que tenham a atribuição de gerir atividades de comunicação de governo integram o Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (Sicom), instituído pelo Decreto nº 2.004, de 11 de setembro de 1996.

Cabe à Secom, como entidade central do Sicom, instituir comitê destinado a sugerir a formulação de políticas de patrocínio e a examinar projetos de iniciativa dos integrantes do Sistema.

Conforme alerta Brandão (2003), o modelo adotado nos órgãos públicos no Brasil para o setor de comunicação obedece as antigas normas que formatou as Assessorias de Comunicação Social, como setores diretamente dependentes da autoridade máxima da instituição. As assessorias teriam reduzido as ambições sociais e voltado seu trabalho para a cúpula da instituição e o setor de imprensa super valorizado, pois este relacionamento depende a criação de uma imagem favorável da instituição à opinião pública e a área de publicidade trata de campanhas sedutoras. E, necessário também que no caso do Executivo Federal a comunicação seja realizada por todos que integram a área pública, de maneira autônoma e descentralizada.

As ações de comunicação de governo serão orientadas pelo Plano de Comunicação de Governo (PCG), a cargo da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, e pelos Planos Anuais de Comunicação (Pac), a cargo dos demais integrantes do Sicom.

Assim, o PCG estabelecerá as políticas e diretrizes globais de comunicação de governo e consolidará a programação das ações prioritárias para a comunicação do Poder Executivo Federal com a sociedade. O Pac estabelecerá as políticas e diretrizes de comunicação social de cada integrante do Sicom e as ações prioritárias para a comunicação com seus respectivos públicos.

Durante a pesquisa, foram requeridos à Secom estes planos. Inicialmente houve a informação de que seriam documentos sigilosos. Posteriormente, já iniciada a crise política, a informação obtida fora de que os planos estavam sendo reestruturados, e não foram fornecidos os documentos.

Cabe, pois, à Secom orientar, coordenar e controlar todas as políticas de comunicação exercidas pelas entidades administrativas dos órgãos que compõe o Poder executivo. Ainda é função da Secretaria, como órgão central, instituir e manter programa de aperfeiçoamento em comunicação de governo para os servidores e funcionários que atuam em unidades administrativas integrantes do Sicom.

Em relação ao decreto de nº 3.296 de 16 de dezembro de 1999, elaborado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que fora revogado, há apenas algumas mudanças no decreto estabelecido pelo governo Lula altera algumas atribuições da Secom. Primeiramente, a Secretaria passa também a gerir estratégias e o fato de os órgãos que compõe o Sicom, além do Pac, devem obedecer a diretrizes e políticas de comunicação gerais do governo.

Não são alterados, no entanto, os objetivos principais da comunicação social do Poder Executivo e nem as principais ações que devem ser contempladas na execução dessas políticas. Como toda política, para ser executada, a comunicação pública deve ser minimamente planejada. Os instrumentos que regularizam a publicidade compõe uma série de normas que especificam claramente os procedimentos que devem ser tomados.

Além das leis e decretos que instituem e estabelecem a Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, seria necessário conhecer o plano de comunicação do governo (PCG) e suas políticas e diretrizes globais de

comunicação, bem como os planos anuais de comunicação (Pac) e as políticas e diretrizes de comunicação social específicas de cada integrante do Sicom, estabelecidos anteriormente à crise, e dissolvidos durante o seu processo.

Os decretos são muito concisos e sucintos, referindo-se somente ao estímulo ao debate e à formulação das políticas públicas; um possível sinal de diálogo Estado/cidadão, o que é pertinente a uma das características da comunicação pública, como ressalta Signates (2003). A especificidade das políticas de comunicação no que se refere à publicidade, principalmente das ações desenvolvidas pelo governo, elucida a preocupação do Poder Executivo Federal, com a comunicação governamental, no conceito estabelecido por Matos (1997), como meios formais e legítimos de instituições públicas divulgarem informações de interesse do governo.

Nos instrumentos normativos há uma não diferenciação dos objetivos de comunicação, estabelecida pelos decretos, do governo de Fernando Henrique Cardoso, não sendo perceptível de que modo diferentes pensamentos políticos alteram de fato as políticas de comunicação.

Diante da perspectiva de avaliar empiricamente a aplicação desta estrutura normativa, estudaremos o boletim eletrônico da Secom *Em questão*, buscando compreender até que ponto o governo busca fortalecer os canais de comunicação com a sociedade.

3.3 BOLETIM ELETRÔNICO “*EM QUESTÃO*”

Dentre os vários produtos comunicacionais produzidos pela Secom, o boletim eletrônico *Em questão* foi criado para divulgar ações governamentais e foi lançado no quarto mês do governo do PT (SILVA, N., 2005, p. 13), é dividido em diversos temas (agricultura e pecuária, assistência e previdência social, ciência e tecnologia, cultura, justiça e direitos humanos, economia, educação, esportes, gestão pública, infraestrutura e transporte, meio ambiente e recursos naturais, relações exteriores e defesa, saúde, segurança, trabalho e emprego, turismo e entrevistas). O material possui linguagem jornalística e divulga, as ações do governo geralmente em um período de dois em dois dias.

Na página do boletim “www.brasil.gov.br/emquestao”, há o enunciado de que “O *Em Questão* é o boletim eletrônico que traz notícias sobre o que está sendo

feito pelo Governo Federal e o porquê. Ele é produzido pela equipe de imprensa da Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República e trata de temas do seu interesse”.

No fim do rodapé do site, uma única sugestão de interação “Críticas, dúvidas ou sugestões, escreva para emquestao@secom.planalto.gov.br”. A página do boletim possui um menu *pop-up* que sugere o recebimento das edições via e-mail.

No decorrer da pesquisa, foram enviados mais de dez e-mails para o endereço eletrônico com as seguintes questões:

1 - Quando o boletim *Em questão* foi criado e qual seu objetivo?

2 - Cerca de quantas pessoas recebem via e-mail o boletim?

3 - Cerca de quantas críticas/sugestões/opiniões são recebidas mensalmente? De que modo é utilizada a participação do leitor para o aperfeiçoamento do boletim?

4 - Existe alguma divulgação do *Em questão*, de modo a ampliar a participação da sociedade?

Durante o período em que foram enviados os e-mails, não foi respondida nenhuma das questões, nem houve qualquer forma de contato (por exemplo, respostas automáticas).

Diante dos objetivos expostos neste trabalho e caminhos descritos na metodologia, foram avaliados os boletins, publicados nos meses de maio e junho, que abordam temas correspondentes a corrupção em estatais. A partir deste dado empírico pretendeu-se avaliar até que ponto a comunicação se efetiva como política pública.

A tabela a seguir relaciona a data de publicação, as páginas em que as análises encontram inseridas no presente trabalho e os principais assuntos abordados destas edições, descritos e analisados abaixo.

| Data de Publicação | Páginas | Assuntos |
|--------------------|-----------|--|
| 06 de junho | 40, 41,42 | Combate à corrupção como política prioritária: CGU / PF/Pregão Eletrônico Aprimoramentos/ Portal da Transparência |
| 08 de junho | 42, 43 | Discurso no IV Fórum de |

| | | |
|-------------|-------------|---|
| | | combate à corrupção: “cortar a própria carne” |
| 24 de junho | 43, 44 e 45 | Discurso à cadeia Nacional de Rádio e TV: “Esse é um governo que não tem jogado a sujeira debaixo do tapete” |
| 30 de junho | 45 e 46 | Anúncio de cinco medidas adotadas pelo governo para intensificar o combate à corrupção |

Durante todo o mês de maio o boletim *Em questão* da Secom, hoje Secretaria de Comunicação Institucional da Presidência da República, na época Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica, não publicou nenhum assunto que referisse às denúncias de corrupção em estatais (diante da denúncia da revista *Veja* nas estatais Correios e Instituto de Resseguros do Brasil, que será posteriormente avaliada) envolvendo membros do PT, e cargos nomeados pelo presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson.

As edições mais esclarecedoras do boletim *Em questão* são uma transcrição dos discursos do presidente a outros veículos ou eventos. Dentre os 49 boletins do *Em questão* divulgados, no período que abrange 18 de maio a 30 de junho, apenas quatro, direta ou indiretamente abordam o tema “corrupção” – enquanto a revista *Veja* divulga semanalmente denúncias envolvendo o governo.

Apenas no dia 06 de junho a Secom divulgou o primeiro boletim que tratou da crise. A matéria *Combate à corrupção é política prioritária do Governo Federal*, inicia com a sentença “O trabalho do governo de combate à corrupção é uma política de Estado e não persegue, nem acoberta ninguém”.

A matéria divulga informações sobre a atuação da Polícia Federal e Controladoria Geral da União – e seus resultados. No entanto, não faz menção do envolvimento de políticos da base aliada em esquemas de corrupção. O discurso é de que a atuação destes órgãos contra a corrupção faz parte do amadurecer da democracia, sendo portanto, um processo e não só atribuição deste governo especificamente, discurso que persistirá durante todo o período analisado.

O boletim esclarece que o combate à corrupção e o rigor no controle dos gastos públicos são duas marcas essenciais do Governo Federal, e mais, que este trabalho não persegue, nem acoberta ninguém. Segundo o *Em questão*, os inúmeros casos de corrupção descobertos são um avanço do governo, uma vez que houve uma aprimoração e valorização de alguns instrumentos já existentes e criados novos mecanismos de combate à corrupção.

Em questão não trata o tema “corrupção” elucidando casos específicos; admite a revelação dos casos noticiados pela imprensa como avanço do governo que, por meio de aperfeiçoamento e criação de novos mecanismos intensificam o combate à corrupção.

O boletim esclarece que dentre os órgãos que exercem esta tarefa, está a Controladoria-Geral da União e a Polícia Federal e o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional.

Uma das categorias elencadas por Brandão (2003) que configura a comunicação pública, é a prestação de contas. A partir do momento em que o governo demonstra e elucidada aos cidadãos os mecanismos que estão sendo criados e incentiva sua participação, são proporcionados meios para que haja uma interação e que ele seja também responsável por estas ações.

A Polícia Federal, órgão do Ministério da Justiça, vem desmontando esquemas de fraudes e golpes em várias regiões do país. Com a cooperação da Controladoria-Geral da União, do Ministério Público e do Poder Judiciário, as operações demonstram o empenho do Governo Federal em combater o crime organizado e todas as formas de corrupção, além de acabar com a impunidade. O boletim ressalta, no entanto, que nessas operações foram desmontados esquemas antigos de corrupção, prendendo pessoas que atuavam há vários anos, e não cita os recentes casos de corrupção envolvendo autoridades ligadas indireta ou diretamente ao PT.

A revista *Veja* destaca a ação da Polícia Federal, Controladoria Geral da União e do Pregão Eletrônico, avaliando que estas ações demonstram que o governo pelo do combate da corrupção, mesmo que as atitudes sejam contra o próprio PT.

O boletim ressalta a ação da CGU, na defesa do patrimônio público e a implantação do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos na fiscalização de municípios na aplicação de recursos, e ainda, cursos para capacitação de gestão

pública. O *Em questão* esclarece que, a participação das comunidades locais no controle dos gastos e que em 2003 e 2004, foi importante para a atuação da CGU, que realizou cerca de seis mil auditorias em órgãos federais.

Outra ação destacada é o pregão eletrônico, que diminui custos pelo aumento da competitividade entre os fornecedores, possibilita a diminuição de estoques de materiais, evitando desperdícios e perdas, e reduz o tempo de pessoal envolvido na contratação.

A matéria esclarece ainda que em novembro de 2004, a CGU lançou o Portal da Transparência que permite o acompanhe de como e onde está sendo aplicado o dinheiro público. O acesso é feito via internet, no site www.portaldatransparencia.gov.br. Outro instrumento criado Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, com representantes da sociedade civil e do Estado.

O governo destaca as ações criadas com o intuito de diminuir a corrupção e informa ao leitor, como no caso do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, de que há representantes da sociedade civil e do Estado no entanto, não aponta os meios que foram utilizados para determinar os representantes do conselho e nem os objetivos.

O governo tem criado meios para promover a participação da sociedade civil na administração pública, mas não utiliza de políticas de comunicação para favorecer esta participação.

O boletim seguinte, datado de oito de junho, apresenta o pronunciamento do governo no IV Fórum Global de Combate à Corrupção, realizado em Brasília de 7 a 10 de junho. O fórum teve como objetivo discutir medidas práticas e eficazes de prevenção e de luta contra a corrupção, organizado pela Controladoria Geral da União. Novamente o presidente ressaltou que “o que tem aumentado no Brasil não é a corrupção, mas o constante combate que o governo faz a ela”.

Novamente o boletim exalta a atuação do governo, que proporciona o combate à corrupção, e conseqüentemente as expõe. Por isso o que aumentou não foi a corrupção, mas o combate a ela. A revista *Carta Capital* embora não exalte as ações do governo no combate à corrupção, informa diversas vezes ao leitor que não houve um acréscimo de práticas ilícitas no poder público, para tanto, relembra os casos ocorridos no governo FHC.

No discurso, em que o boletim ressalta alguns pontos, o presidente afirmou que o governo levará até as últimas conseqüências a investigação sobre todas as denúncias de corrupção apresentadas.

O boletim informa ao leitor alguns trechos do discurso no IV Fórum Global de Combate à Corrupção – fala de amadurecimento da sociedade civil e do Estado, pois após duas décadas de regime autoritário houve um aperfeiçoamento das instituições democráticas e o patrimônio público construído foi corroído por Privatizações inadequadas, sucateamento da máquina governamental e terceirização da gestão estatal, para tanto “era necessário seguir um outro caminho”.

O presidente declara que em 2003 combateu a corrupção aperfeiçoando os mecanismos institucionais já existentes para defender os recursos públicos e que este combate se intensificará ainda mais e chama a sociedade para vigiá-los, para que os corruptos sintam-se constantemente ameaçados, reafirma também que toda denúncia será apurada.

Não esclarece de que modo e quais meios a sociedade civil deverá combater os corruptos, já que os cidadãos comuns não têm acesso ao funcionamento dos órgãos públicos, e nem o modo como o governo viabilizará esta ação.

Critica o uso político-eleitoral que alguns estejam fazendo dessas denúncias, fala de projeto de transformação social que persistirá nos próximos governos colaborando para o desenvolvimento sustentável do Brasil, preservação da sua biografia de “defensor da ética na política”, que os problemas envolvendo os Correios e Institutos de Resseguros do Brasil (ambos os casos denunciados pela revista *Veja*) serão resolvidos mesmo que seja necessário “corta a própria carne” e que, não se opõe que o Poder Legislativo desenvolva suas investigações, com equilíbrio e máxima transparência.

Acrescenta ainda que a reforma política é imprescindível e urgente e que serão todos os poderes da República, seus partidos, as expressões da sociedade civil que executarão uma reforma institucional que assegurará mais transparência à política.

Novamente, na atuação da CGU e Polícia Federal, o governo fundamenta seu discurso expondo que não se opõe a atuação do Legislativo, ou seja, da instalação da CPI (ao contrário das informações da revistas) e que é necessária a reforma política. Declara ainda que serão as expressões da sociedade civil que

executaram uma reforma que assegura mais transparência à política, expressões que não são fomentadas, ou facilitadas pelo poder público. Melhor, o que se apresenta através do *Em questão* é que poder público está completamente a parte delas e não faz parte da formulação destas expressões.

Finalmente, o presidente esclarece que o combate à corrupção tem que ser primeiro determinante do comportamento ético de todos os que estão na máquina pública, de funcionários ao Presidente da República; segundo, tem que ter uma vigilância sistematizada e cotidiana da sociedade civil e da imprensa e terceiro, do Poder Judiciário, para que os culpados sejam, definitivamente, presos.

O *Em questão* pela primeira vez informa diretamente o leitor sobre as denúncias no dia 24 de junho com a matéria “*Esse é um governo que não tem jogado a sujeira debaixo do tapete*” - uma síntese do discurso do presidencial transmitido em cadeia nacional de TV e rádio. No dia anterior a este boletim, a manchete anunciava o crescimento do PIB em oito meses consecutivos.

A informação sobre as denúncias de corrupção só ocorre com a transcrição do discurso do Presidente na TV. O discurso

Novamente afirma que o corrupto deverá ser punido seja quem for, já que a “corrupção é uma doença antiga”. Desde o primeiro dia o governo tem sido implacável com a corrupção e o “Brasil nunca viu tanta gente poderosa e importante presa por corrupção, que há anos, agiam impunemente”.

O que aumentou não foi a corrupção, mas o combate à ela, já que os casos agora aparecem mais claramente – principalmente pela atuação da PF e Ministério Público (nunca tão livre e eficiente como agora), e a divulgação na imprensa nacional, em dois anos e meio foram presas 1.006 pessoas “esquemas que existiam há muitos anos e não eram investigados.”

O presidente usa a metáfora de que a corrupção no Brasil é como uma casa, em que há muito tempo não se faz uma limpeza, e quando começa a limpar é que aparecem os lixos. O governo, acrescenta, não joga a sujeira debaixo do tapete – todos os órgãos do governo estão empenhados em examinar as denúncias e se necessário punir exemplarmente.

Enaltece a imprensa, “feliz o país que tem uma imprensa livre e democrática que tudo pode acompanhar, fiscalizar e investigar”, e destaca que o Brasil tem maturidade para corrigir seus próprios erros.

Esclarece que dobrou o orçamento da Polícia Federal uma ação igualitária, punindo tanto ricos quanto pobres. Novamente fala da Controladoria Geral da União, criado por seu governo com objetivo de se antecipar à corrupção, criando mecanismos de controle e de fiscalização e o portal da transparência – que permite qualquer cidadão acompanhar o envio e utilização de verbas federais.

Ressalta a intenção de estimular o povo brasileiro a contribuir no controle e fiscalização do bem público. Esclarece novamente que suas ações contra a corrupção são em longo prazo e que o desenvolvimento do Brasil será sustentável. Os escândalos vindos a público é resultado do trabalho implantado há dois anos atrás. Afirma que o Congresso Nacional saberá apurar todas as denúncias e, ao mesmo tempo, continuará trabalhando para que os projetos de interesse do Brasil sejam discutidos e votados.

O teor do pronunciamento é semelhante ao do discurso no Fórum. O presidente convoca novamente a sociedade a ajudar no combate à corrupção e novamente destaca as ações do governo para enfrentar o crime organizado em seus dois anos e meio de mandato – e acrescentou que a economia está “em ordem, a indústria e comércio continuam empregando e uma grande quantidade de projetos sociais se estende por todo o território nacional”.

Substancialmente o boletim apresenta as ações do governo no combate à corrupção por meio da atuação da Controladoria Geral da União, Polícia Federal, Portal da Transparência, Pregão Eletrônico e novos projetos de lei. As denúncias de corrupção são resultados de problemas de governos anteriores, e o fato de elas virem a pública é uma virtude, resultado das ações do governo, mesmo, que sejam de aliados políticos ou integrantes do próprio PT.

A próxima edição, de 30 junho – “Governo adota novas medidas para intensificar combate à corrupção” – esclarece sobre o anúncio de cinco medidas adotadas pelo governo para intensificar o combate à corrupção e ampliar a transparência na administração pública federal. Entre as medidas está o aumento de quantidade de informações disponíveis para a população sobre os gastos do governo federal

Uma das medidas é o encaminhamento ao Congresso Nacional de um Projeto de Lei que torna crime o enriquecimento de qualquer funcionário público que não possa ser explicado por intermédio de seus rendimentos legítimos. Outra ação importante é a assinatura do decreto que institui as sindicâncias patrimoniais. Trata-

se de um procedimento investigatório para apurar casos de enriquecimento ilícito de funcionários de alto escalão do governo federal, procedimento feito exclusivamente pela Controladoria-Geral da União (CGU).

O presidente Lula ainda anunciou o decreto que cria o Sistema de Corregedoria do Poder Executivo Federal. A legislação torna obrigatória a instalação de uma corregedoria em cada ministério. A medida é fundamental para combater a cultura da impunidade dentro do serviço público federal.

Ressalta novamente o Portal da Transparência do Governo Federal, agora formalizado definitivamente e passa também a ser complementado com outras ações de internet publicadas nos sites de cada um dos ministérios.

Mais uma medida de transparência é o decreto que determina divulgação dos relatórios de auditoria. A partir de agora, cada órgão do governo federal deve deixar disponível para o cidadão, por meio da internet, o relatório de auditoria anual feito pela CGU e encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Aqui, novamente o governo anuncia medidas de combate a corrupção, além das anteriormente citadas, esta o encaminhamento ao Congresso Nacional de um Projeto de Lei que torna crime o enriquecimento de qualquer funcionário público que não possa ser explicado por intermédio de seus rendimentos legítimos. Outra ação importante é a assinatura do decreto que institui as sindicâncias patrimoniais. Trata-se de um procedimento investigatório para apurar casos de enriquecimento ilícito de funcionários de alto escalão do governo federal, procedimento feito exclusivamente pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Em todos os boletins, os textos divulgam informações sobre a atuação da Polícia Federal e Controladoria Geral da União – e seus resultados. No entanto, não faz menção do envolvimento de políticos da base aliada em esquemas de corrupção. O discurso é de que a atuação destes órgãos contra a corrupção faz parte do amadurecer da democracia, sendo por tanto, um processo e não só atribuição deste governo especificamente. As demais matérias do boletim também se basearam neste mesmo discurso.

O texto aponta ações do governo em diversos órgãos do Estado, que trabalham de forma articulada e intercomplementar, para resultados mais precisos e imediatos e que foram criados instrumentos que permitem a participação da sociedade civil no controle dos recursos públicos, citando os órgãos.

O boletim informa ao leitor alguns trechos do discurso no IV Fórum Global de Combate à Corrupção – fala de amadurecimento da sociedade civil e do Estado, pois após duas décadas de regime autoritário houve um aperfeiçoamento das instituições democráticas e o patrimônio público construído foi corroído por privatizações inadequadas, sucateamento da máquina governamental e terceirização da gestão estatal, para tanto “era necessário seguir um outro caminho”.

Durante os meses analisados o principal discurso de Lula é o que a grande maioria dos casos de corrupção é antiga e que agora estão sendo investigados e punidos, e novamente, o que aumentou não foi a corrupção, mas o constante combate a ela.

A mudança, a diferenciação dos atos do governo anterior, que deixou sérios problemas para o governo atual, é ressaltado nas matérias do boletim. Ou seja, os casos de corrupção não são originários apenas do governo Lula, mas de uma estrutura que facilitou a ação dos corruptos.

4. O MODO COMO O CIDADÃO É INFORMADO PELA MÍDIA

Conforme exposto pela metodologia do presente trabalho, apresentaremos o modo como as revistas *Veja* e *Carta Capital* informam o cidadão sobre as denúncias de corrupção em estatais. O objetivo da presente análise é contextualizar, discutir e averiguar até que ponto a mídia exerce influência na construção das políticas de comunicação, especificamente, no boletim *Em questão*, fazendo posteriormente um estudo comparado.

4.1 MÍDIA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA

De acordo com Luiz Martins (2003, p. 06), desde a última década, novas visões acerca do papel da imprensa têm-se destacado com uma outra nuance, a de que a responsabilidade social da mídia não deve se limitar às tradicionais funções de informação, do entretenimento e de difusão cultural, mas deve ir além, promovendo a cidadania e a justiça social.

O autor explica que, a imprensa é uma das instituições privilegiadas que atuam no espaço público, esfera intermediária entre a sociedade civil e o Estado.

Este espaço público situado entre o espaço comum e o espaço político (de poder decisório) funcionaria numa sociedade livre como um parlamento civil mediador das questões e, portanto, de uma agendamento dos assuntos de interesse público e do encaminhamento dos mesmos ao Estado. Nesse espaço a imprensa daria visibilidade a coisa pública e não apenas funcionar como uma instância mercadológica. (MARTINS, 2003)

Por outro lado, Rubim alerta que a ilusão de imediatez alimentada pela mídia também pode sugerir que haja uma relação com atores políticos no sentido de uma relação pretensamente direta com eles, sem nenhuma mediação institucional, seja de partidos, de entidades da sociedade civil ou do Estado. A mídia funcionaria como possível partido eletrônico.

Estas são as configurações da crise na política percebida por Rubim (2000). O que o autor pretende, então, é compreender a contemporaneidade, partindo do pressuposto de que a sociedade é estruturada e ambientada pela comunicação.

Os direitos a livre expressão e de liberdade de imprensa são insuficientes para a possibilidade democrática, e apresentam dificuldade em abarcar

aspectos cruciais colocados pela sociedade estruturada e ambientada pela comunicação. Hoje percebe-se o desinvestimento pessoal e social na atuação coletiva como alicerce das decisões públicas. (RUBIM, 2000)

4.2 REVISTA VEJA

A revista, publicada pela Editora Abril, possui circulação semanal e de distribuição nacional. Foi fundada em 1968 pelo jornalista italiano radicado no Brasil Victor Civita, com inspiração na revista americana Time. Conforme será abaixo avaliado, sua orientação política é de centro direita.

A análise feitas das reportagens da revista *Veja* compreende o período de 18 de maio a 22 de junho, sendo a revista, o primeiro veículo que divulga os casos de corrupção em estatais e a prática de mensalão no PTB.

| Data de Publicação | Páginas | Assuntos |
|---------------------------|-----------------|---|
| 18 de maio | 22, 23 e 24 | Corrupção nos Correios, Esquema de mensalão cobrado pelo PTB Grande número de cargos comissionados |
| 25 de maio | 24, 25 e 26 | Corrupção no IRB/Estatais – mesada de 400 mil ao PTB Envolvimento de petistas nos casos de corrupção. Trabalho da CGU e PF |
| 1º de junho | 26, 27 e 28 | Denúncias de Jefferson: envolvimento de petistas. Criação da CPI dos Correios Corrupção na Agência Nacional do Petróleo e outras Estatais (PTB) |
| 08 de junho | 28, 29 e 30 | Corrupção no IBAMA (PT)/ IRB (PTB) CPI dos Correios Pregão Eletrônico |
| 15 de junho | 30, 31, 32 e 33 | Queda do discurso ético do |

| | | |
|--------------------|----------------|---|
| | | PT Denúncias de Jefferson: Mesadas no PT Solidez da economia |
| 22 de junho | 33 e 34 | Saída de Dirceu Marcos Valério: operador do mensalão. |

A primeira matéria publicada pela revista *Veja* de 18 de maio (distribuída aos leitores desde o dia 14) revela o primeiro caso de corrupção envolvendo o presidente do PTB, deputado federal Roberto Jefferson. As fitas com as gravações foram entregues à revista por fontes não identificadas. A revista apresenta os diálogos do funcionário dos Correios, Roberto Marinho com duas pessoas (não identificadas na reportagem). A reportagem declara que “dá arrepios pensar que a mesma coisa ocorre em milhares de outras repartições”.

Veja esclarece que disputa política por cargos em todos os níveis do governo é uma das principais causas de corrupção em estatais; por exemplo, o PMDB não estaria satisfeito por não ter conseguido um cargo na Eletronorte, uma das maiores estatais elétricas do país. A ambição política por cargos no governo se deve às seguintes hipóteses: visibilidade, ideologia, ou, oportunidade de fazer negócios escusos.

Em seguida, explica ao leitor, que a relevância desta denúncia é o fato de o corrupto ser pego “em pleno Vôo” - dois empresários, que desejam obter informações para entrar no seleto grupo de empresas que fornecem equipamentos de informática à estatal, oferece propina ao funcionário dos Correios, Maurício Marinho, trabalha há 28 na estatal e desde o fim do ano passado chefia o departamento de contratação e administração de material. O funcionário explica como funciona o esquema de pagamento de propina para entrar no rol de fornecedores.

Em seguida *Veja* apresenta os trechos em que o funcionário explica o envolvimento do PTB e de seu presidente, o deputado federal Roberto Jefferson. Segundo Marinho, todos os esquemas de corrupção dentro da estatal são autorizados por Jefferson, já que o diretor de administração, de quem é subordinado,

foi nomeado pelo deputado. Conforme a revista apurou, Marinho falara a verdade, e mais um funcionário, nomeado pelo PTB integraria os Correios.

Marinho conta aos interlocutores um esquema de fraude em licitações na compra de remédios, atendendo pedido do gerente de recursos humanos do PMDB, para favorecer determinadas empresas. Pela primeira vez aponta que parte dos “lucros” vai também para o PTB. Os fatos foram checados e confirmados pela revista. Uma fonte não identificada conta detalhes de como Jefferson avalia os resultados financeiros, e o caso em que o diretor de uma outra estatal, indicado por Jefferson, teve de entregar 400 mil reais para o partido.

Veja afirma que o PTB adquiriu força ímpar no governo petista e possui cerca de 2000 cargos comissionados e um ministério. Entre os cargos, a presidência da Eletronorte, a vice-presidência da Caixa, a diretoria de operações e logística da BR Distribuidora e a diretoria financeira da Transpetro.

A revista esclarece que todos os 25 mil cargos de confiança estavam nas mãos do então ministro da casa civil, José Dirceu, e que em cada governo as intenções em povoar as estatais com cargos nomeados mudam – no governo FHC os alvos eram estatais que, seriam objeto de privatização. Devido ao rígido ajuste fiscal adotado pelo ministro da fazenda, Antonio Palocci, os interesses mudaram. Os cargos que interessam aos partidos são os que ficam fora do contingenciamento financeiro, ou seja, as autarquias.

Marinho fora afastado da chefia do departamento uma semana antes desta edição, segundo informou os Correios, devido a problemas de saúde.

A revista ainda apresenta um infográfico com todos os apadrinhados que ocupam cargos nos Correios e seus padrinhos (quatro PMDB, três PTB e um PT).

Diante das denúncias de corrupção, cobrança de “mensalidade”, “venda” de licitações, a crítica que *Veja* faz é de que o grande número de cargos comissionados facilita a corrupção e que o interesse dos partidos em assumir cargos nas Estatais, muitas vezes, é para fazer mal uso do dinheiro público. Por ser a primeira da série de denúncias, e por não haver ainda um grande comprometimento do PT, a revista apenas critica o fato de que o PTB atingiu grande força na gestão petista. Acrescenta, no entanto, que a distribuição de cargos em estatais não é uma característica apenas deste governo, explicitando inclusive o modo como o governo passado utilizava deste mecanismo.

Nesta reportagem, a relevância das denúncias – no sentido da extensão do envolvimento de Jefferson e do governo – ainda é muito pequena, o repórter trata do tema como se fosse mais um dos inúmeros casos de corrupção em estatais envolvendo licitações. A capa apresenta a denúncia em uma pequena tarja vermelha na parte superior “Exclusivo: O vídeo da corrupção em Brasília. A incrível seqüência do dinheiro saindo das mãos do corruptor para o bolso do corruptor. Mais: Diálogos inesquecíveis”. O caso de câncer do ator Raul Cortez ocupa quase toda a página.

Na edição de 25 de maio, toda a capa da revista é composta por um rato com a manchete: “Corruptos. Estamos perdendo a guerra contra esta praga. Ainda há subtítulos que referem ao envolvimento de Delúbio Soares, Silvio Pereira e as ‘Mesadas’ ”.

A revista apresenta uma série de reportagens intituladas “Diga-me com quem anda..., Mesada de 400 mil para o PTB. A maior crise de Lula e Temporada de Caça aos ratos”. Pela primeira vez, a figura de Lula é apresentada ao lado de Jefferson, mas com muita cautela.

Percebe-se que a revista defende a imagem de Lula com alegações do tipo “Com reforma administrativa e políticas efetivas, talvez nunca estivessem ao lado (Lula e Jefferson)” e “a investigação parlamentar dará uma dupla contribuição ao Planalto: poderá revelar a extensão das falcatruas na máquina pública e ajudar a expulsar as más companhias do governo”. Ou seja, Lula e o PT sofrem consequência destas denúncias devido ao fato de ter que aceitar aliança com corruptos – as “más companhias”. Na primeira reportagem, *Veja* afirma ter deixado o governo atônito com a roubalheira nos Correios e que o primeiro temor do governo “diplomaticamente dissimulado” ao público, é que apareçam novos casos de corrupção em Estatais. Outro receio, prevê, é que as denúncias possam atingir os petistas.

Diante desta afirmação a revista explicou que o governo tentou barrar a CPI dos Correios, e acrescenta que “é uma pena..., pois o governo poderia se livrar de más companhias”.

Na segunda reportagem, novamente a revista apresenta o caso de corrupção nos Correios e as providências tomadas pelo governo. No entanto, esclarece que essas providências não são necessárias para atingir o cerne da crise que é o esquema de corrupção do PTB instalado em outras estatais. *Veja* descreve mais uma denúncia de corrupção, no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). O ex-

presidente Lídio Duarte, indicado pelo PTB, entregou o cargo em março por não suportar a pressão do partido, que exigia mesada de 400 mil reais mensais - esquema organizado por Henrique Brandão, amigo e sócio do genro de Jefferson. Lídio reafirma que o poder e corrupção de Jefferson alcança outras estatais (aqui também revelado o caso de um apadrinhado na Polícia Rodoviária Federal). De acordo com *Veja*, os indicados pelo deputado envolvem-se facilmente em falcatruas, como exemplo, o diretor do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia e a coordenadora de arrecadação do INSS, Ivone Silva.

Na matéria intitulada “A maior crise de Lula” pela primeira vez publica afirmações de Jefferson sobre envolvimento de petistas em esquemas de corrupção e questiona seriamente a ética do partido, mas, continua a não acusar o presidente Lula. De acordo com *Veja*, o medo do governo de instalar a CPI subsiste no fato de que o tesoureiro do partido, Delúbio Soares e o secretário-geral Sílvio Pereira podem ser alcançados pelas denúncias de Jefferson. A revista então questiona a posição do governo: “Porquê uma CPI incumbida de apurar corrupção pode provocar crise e piorar a imagem dos políticos e instituições?” E novamente enfatiza, ironicamente por meio da expressão “quem diria...”.

A última reportagem da edição “Temporada de caça aos ratos” enaltece a atuação da Polícia Federal (PF) e Controladoria Geral da União (CGU) cita os valores que o país perde com a corrupção, aponta medidas necessárias para combatê-la, a exemplos de outros países.

No caso da Controladoria Geral da União a revista informa que, por meio de sorteio, o órgão estabelece a auditoria a um determinado município, verificando se a verba enviada pela União para investimentos em saúde e educação está sendo bem aplicada. A reportagem esclarece ainda que as atuações conjuntas com a Polícia Federal têm resultado em ações eficazes. O problema, acrescenta, é que com o número de auditores disponíveis só foi possível fiscalizar pouco mais de cinco por cento de recursos que União distribui aos municípios. Quanto a PF, a questão que cerceia sua atuação é o fato de que as pessoas acusadas de corrupção aguardam julgamento em liberdade e, pelo modelo processual brasileiro, elas continuarão soltas.

Uma semana após a denúncia do envolvimento de Jefferson nos casos de corrupção em estatais, petistas também já são citados. O temor do governo quanto a CPI é criticado, e a crítica subsiste no fato de que, o temor é realmente devido.

Porém a revista ainda aborda a corrupção como um problema não específico do PT, e enaltece, como uma solução, as ações do governo (CGU e PF) de combate à corrupção, mesmo que apresente seus problemas.

Na edição de primeiro de junho, Jefferson é capa de *Veja* e o título da reportagem questiona “O que será o que ele sabe?” No subtítulo anuncia o aviso do deputado: Se for réu leva junto os petistas Delúbio Soares, José Dirceu e Sílvio Pereira.

Além destas revelações, o Senador Fernando Bezerra, líder do governo no senado, afirmou que o PT está diretamente envolvido no esquema de licitações dos Correios – haveria uma licitação milionária de interesse do partido. E novamente, o envolvimento do sócio e amigo de Jefferson, Henrique Brandão em casos de corrupção nas estatais – eles são acusados de exigir mesada de 400 mil reais dos diretores das estatais indicados pelo PTB.

A revista questiona a autorização de PT ao PTB nestes esquemas. Aponta como fato, a “engorda” de partidos como o PTB, que passou de 26 a 47 deputados. E, acrescenta “ninguém sabe quais argumentos ideológicos convenceram o PTB à retirar o apoio à CPI”. Tão assustado quanto Jefferson, o governo havia feito de tudo para se salvar da CPI, no entanto, ela fora aprovada. O argumento do governo foi de que a CPI era golpismo das elites (“um delírio”, enfatiza *Veja*).

Veja demonstra que, a preocupação quanto a CPI não é de Lula, mas dos ministros Dirceu, Aldo Rebelo e do presidente nacional do PT, José Genuíno, que podem acabar saindo da composição do governo.

Acrescenta, que embora a PF e a Corregedoria já estejam investigando as denúncias, só uma CPI poderá desvendar o esquema do PTB em vários setores do governo e sugerir que se reduza o número de cargos de confiança.

Na matéria seguinte, a revista descreve a confissão do líder do governo no Congresso, Fernando Bezerra, que esclareceu porquê seu apadrinhado não fora nomeado para um cargo nos Correios. Informou que Ezequiel Ferreira de Souza, seu afilhado não fora nomeado nos Correios porque atrapalharia uma licitação fraudulenta dirigida por Eduardo Medeiros, diretor de Tecnologia da estatal, e ligado ao PT. Apurada por *Veja*, realmente a licitação continha muitas inconstâncias, e além disso um caso atípico; a Corregedoria está apurando a licitação antes de ser publicada pelo Diário Oficial da União.

O superintendente autorizou várias empresas, acusadas de sonegação e de adulterar combustíveis, a elevar sua importação de solvente – e assim misturá-los a gasolina. A venda de solventes cresceu em 78 por cento em sua gestão. Novamente, empresários alegaram à *Veja* que Maia repassava 400 mil reais mensais ao partido de Jefferson. O presidente da estatal, Haroldo Lima até havia tentado demiti-lo, mas o deputado impediu, através de contato com Dirceu.

Ainda sobre as acusações da “mesada” cobrada pelo PTB, a matéria a “Estranha Sociedade” explica o modo como a Assurê, corretora do amigo de Jefferson, Henrique Brandão, esteve operando nos esquemas de corrupção do Instituto de Resseguros do Brasil (IRS) e de várias estatais, entre elas a Eletronorte, Furnas e Infraero.

Na matéria “Perus e Cafunés”, *Veja* interpreta algumas expressões ditas por políticos no alvoroço criado pelas denúncias. Em uma das interpretações, a revista se lembra de FHC e afirma que no governo do PSDB os escândalos de corrupção eram mais controlados, pois o governo possuía aliados como Jader Barbalho.

Como na última edição a questão é a não adesão do governo à CPI e as denúncias de Jefferson que persistem em afirmar o envolvimento do PT. *Veja* já enfatiza certos nomes petistas como a razão da preocupação de Lula. Percebe-se que a revista ainda poupa a imagem do governo, desvinculando-a dos corruptos petistas.

Na edição de 8 de junho, a reportagem especial de *Veja* é sobre esquemas de corrupção no IBAMA, envolvendo madeireiras que exploram a Floresta Amazônica.

A capa anuncia “Corrupção: Amazônia à venda. Petistas presos aceitavam propina de madeireiros que devastavam a floresta”. E “A fita da Mesada”, de Lídio Duarte, ex-presidente do IRB.

De acordo com *Veja*, no dia 2 de junho, a PF na operação Curupira prendeu 102 pessoas – entre madeireiros, fiscais do Ibama e funcionários públicos, e pelo menos três dos detidos foram nomeados pelo atual governo do PT. Entre eles, Hugo Werle, gerente executivo do Ibama do Mato Grosso e membro do conselho fiscal do PT do estado. O relatório da PF aponta que Werle usou seu prestígio para angariar fundos para a campanha política da prefeitura de Cuiabá, e também para si – seu patrimônio dobrou de um ano para o outro.

Os fiscais ofereciam a Autorização para o Transporte de Produtos Florestais muitas vezes em branco, ou de maneira diferentes em duas vias aos madeireiros. Na hora da fiscalização, mais fiscais corruptos fingiam que nada viam. Neste esquema, mais de dois milhões de metros cúbicos de árvores foram ceifados à base de propina. Além destas medidas, as quadrilhas da madeira criavam madeireiras fantasma e empresas fantasma de reposição florestal.

Veja explica que a Operação Curupira vem na seqüência de uma série de animadoras ações deflagradas pela PF desde 2003 – uma limpeza inédita na história do País e um marco divisório numa instituição que só vivia o estigma do aparelhamento. E novamente explica que a “operação reforça os indícios de que a PF se esforça para consolidar o apartidarismo que vem caracterizando a atual gestão”. Acrescenta, no entanto que deverá comprovar sua eficiência na investigação do caso do escândalo dos Correios. O PT, analisa, passa por um “agora”, pois a revelação de que um dos seus integrantes estava no comando de uma gangue que ceifava a selva amazônica surge como um efeito de uma bomba na sigla – que até pouco mantinha a bandeira da ética – persiste a crítica.

Na matéria seguinte “Da floresta ao deserto” *Veja* afirma que corrupção, crescimento desordenado e leis confusas estão dizimando a Amazônia – a floresta perdesse 18 por cento de sua cobertura original. A grande questão apontada pela revista é que a exploração predatória tem sido facilitada pela corrupção. Apresenta também a visão dos jornais internacionais de que Lula não consegue preservar a floresta e que não há polícia suficiente para fazer valer as regras.

Na matéria seguinte “Uma mentira contada na PF” *Veja* divulga o diálogo com o ex-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, Lídio Duarte, que negou na PF as informações que a revista havia divulgado, sem identificá-lo.

Na reportagem *Veja* informa que Lídio também havia contado que o esquema de corrupção montado pelo PTB dava dicas de como tirar o dinheiro das estatais, no caso da IRB, negociando ações judiciais. O ex-presidente informou ainda que Jefferson reunia periodicamente seus indicados em reuniões em Brasília, e nesta ocasião cobrava mesada de seus afilhados instalados em cargos federais.

A matéria seguinte “Operação de Guerra” informa que Lula acorda para a gravidade da crise e manda abrir o cofre para sepultar a CPI.

A revista inicia informando que quando soube do vídeo da corrupção nos Correios, Lula achou chocante, mas julgou que a denúncia afetaria apenas a

periferia do governo e não via nenhum inconveniente na abertura de uma CPI, mas mudara de idéia – *Veja* avalia que a crise é suficientemente grave e pode se aprofundar.

A revista obteve o relato de três ministros que conversaram reservadamente com Lula. Eles alegaram que Lula acha que com a CPI a crise poderá aumentar e que não há meios de controlar os desdobramentos de uma investigação parlamentar principalmente às vésperas de um ano eleitoral. O presidente admite também que a oposição está aproveitando o momento do desarranjo político, mas acha um despropósito falar em “golpismo”. Diz que o jogo da oposição é legítimo e que não chegaram nem perto do extremo do slogan “Fora Lula”; que parte da balbúrdia resulta da ação desgovernada do próprio PT e seus conflitos internos.

Lula julga ainda que seu governo tem sérios problemas de comunicação, sendo incapaz de transmitir a sociedade seu lado positivo, e lamenta também o fato de não ter bandeiras claras para seu governo, como FHC tinha o plano real.

De acordo com *Veja*, o eleitor talvez esteja reagindo mal ao ver o PT e seu governo empenhados na desmoralizante tarefa de “varrer a sujeira para baixo do tapete”, e que a pesquisa do instituto Sensus constatou que 31 por cento dos entrevistados acham que a corrupção aumentou no governo Lula.

Na última matéria desta edição “O mouse contra os ratos”, *Veja* afirma que o governo acertou ao exigir o pregão eletrônico nas compras públicas, e que esta medida combate a corrupção e barateia o custo das compras governamentais – pois quanto mais transparente e democrático for o sistema de compras públicas, menos espaço haverá para a corrupção.

Nos pregões, empresas de qualquer lugar do país podem cadastrar no site de compras. Por permitir uma quantidade maior de participantes e impedir que um descubra a identidade do outro, o sistema eletrônico dificulta as negociações.

Na edição de 8 de junho, embora *Veja* ressalte que o chefe do IBAMA preso seja ligado ao PT, acrescenta que o trabalho foi feito pela Polícia Federal, ou seja uma entidade governamental que tem prendido corruptos mesmo que eles sejam do partido oficial. E, ressalta, “Isso é muito valioso”.

Mas, persiste na crítica *ao quem diria*: “Quem diria: A administração do PT escancarando o cofre para evitar uma investigação sobre um esquema de corrupção”. E acrescenta que é difícil compreender porque o governo teme tanto a

corrupção quando esta é um dos grandes inimigos do país. A pista é a confessada por Dirceu: “uma CPI minimamente bem feita pegaria Delúbio Soares, o tesoureiro do PT, e Sílvio Pereira, o secretário-geral do partido, pois se suspeita que suas atividades “respinguem no governo”“. Comenta-se que o maior medo do governo seria em relação ao trabalho de Delúbio – que poderia produzir um rombo no casco ético do governo.

A mesada aqui não se refere, ainda, as compras de voto, envolvendo diretamente o PT, mas uma corrupção do próprio PTB, portanto, o governo ainda não é seriamente acusado. No entanto, na matéria seguinte, o PT já dá sinal que está no emaranhado de denúncias de corrupção que viriam. Os questionamentos da revista quanto ao ato de barrar a CPI são muito perspicazes.

Embora a revista continue a reportar casos de corrupção, e aqui com participação comprovada de petistas pela PF, a imagem de Lula e de seu governo ainda é resguardada e a atuação da PF louvada devido ao seu trabalho inédito no país, até mesmo no caso dos Correios e mandou ampliar a investigação no IRB, assim como é enaltecido a criação do pregão eletrônico.

Na edição de 15 de junho inicia com a reportagem “O PT assombra o Planalto”, e já no subtítulo, *Veja* prevê que o desmoronamento do discurso ético do PT pode afundar junto o governo.

A revista afirma que as denúncias de Jefferson, relatadas na “gravíssima” entrevista ao jornal “Folha de São Paulo” detonaram a mais grave crise política dos últimos anos, e ironiza “logo o PT que em todas as pesquisas de opinião, sempre apareceu em primeiro lugar como o partido mais “idôneo” e mais “confiável” do país”. Ou seja, embora não apuradas as denúncias acertaram o coração do PT, comprometendo seu discurso histórico em defesa da ética.

A questão levantada é se Lula sabia da atuação de Delúbio Soares, e de antemão a revista conclui que só pelo simples fato de a dúvida existir já atinge o presidente, e, não poupa maus presságios: “Terá sorte se sair dele com a avaliação de que, pelo menos, foi diferente de Fernando Collor”.

Veja traz em tópico as principais acusações de Jefferson e partes da entrevista coletiva de Delúbio Soares, e aponta incongruências nas declarações do tesoureiro do PT. A revista ainda ressalta que Delúbio afirmou que estava sendo caluniado, massacrado e chantageado. Destaca que houve diferentes versões dos ministros e de Lula em relação as denúncias de Jefferson. O presidente também

ficou irritado com as respostas insólidas de Delúbio e com a permanência dele no PT.

Veja obteve ainda relatos de que Lula tivera uma conversa áspera com José Genuíno, em que acusou o PT de estar acabando com o governo e exigiu o afastamento do tesoureiro, falou mal de Dirceu e outros ministros petistas.

A revista critica a estratégia do PT de comunicar a imprensa com “palavreado vazio”, pois na manhã do dia 06, data de publicação das denúncias de Jefferson o partido afirmou em nota que as denúncias não tinham o mínimo fundamento da realidade, e, posteriormente, Lula confirma que ouvira de Jefferson, conforme ele havia dito à Folha, o comentário genérico do pagamento de mesadas.

A revista conversou com três ministros, cinco deputados e um senador e todos afirmaram a existência do suposto mensalão denunciado pelo presidente do PT. Novamente a crítica à política do PT é audaz “é possível que a compra de deputados, se confirmada, seja uma expressão pecuniária que o PT nutre pelo Parlamento”. Acrescenta o apoio que o PT deu aos partidos aliados nas eleições, o que aumentou o número de deputados destas siglas, e é resultado de uma “arrogância tipicamente petista”, pois aumentava-se a base de apoio ao governo mas mantinha-se a pureza ética e ideológica do PT.

Veja argumenta que o partido perdeu suas duas bandeiras, a primeira do combate da política econômica neoliberal, já que Lula aderiu “responsavelmente” as práticas econômicas do governo anterior. E agora o discurso histórico de defesa da ética na política e moralidade pública se esvai e destaca que não só o PT pode ser afetado com a crise, mas o Palácio do Planalto.

A reportagem seguinte ressalta que o impacto das denúncias na economia tem sido moderado e que a solidez da política econômica tem funcionado como um contraponto às deficiências gerenciais e políticas do governo Lula e do PT. *Veja* afirma que, muitas coisas no governo pode não funcionar, mas a política econômica tem sido eficaz no combate à inflação, no ajuste fiscal e na eficiência do gasto governamental, e, que de tão sólida a blindagem, nem os escândalos puderam abalar seriamente os indicadores financeiros do País. A revista afirma que Palocci é um político experiente, habilidoso e tem credibilidade e que para manter esta imagem tem usado a transparência como arma.

Prosseguindo, a reportagem “mais um na mira” informa que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) instalou uma comissão de sindicância para investigar as

importações de solventes feitas a partir de 2003 (denunciadas por *Veja*) que tem como tarefa descobrir o porque as compras dos produtos cresceram 78 por cento nos quase dois anos em que o engenheiro Eugênio Roberto Maia, indicado pelo PTB, ocupou a superintendência de abastecimento da ANP.

A última matéria da série, “O PT deu a senha para desmatar” é uma suíte das matérias publicadas em 8 de junho e anuncia que madeireiros do Pará doaram dinheiro a petistas em troca de autorização para derrubar árvores. Conforme apurou a revista três candidatos do PT nas eleições municipais teriam recebido 300.000 reais de madeireiros a véspera da eleição em torça de autorização do Ibama para derrubar madeira ilegal. *Veja* afirma que Lula teve a chance de reduzir drasticamente à devastação causada na floresta Amazônica se tivesse sido favorável a criação do Selo de Origem Florestal, emitido de forma informatizado, restringindo o espaço para fraudes.

Diante das acusações de Jefferson, já publicadas pelo Jornal A Folha de São Paulo, o discurso de *Veja* já atinge diretamente a imagem de Lula, antes resguardada, mudando radicalmente o modo como a compará-lo com Fernando Collor. Contraditoriamente, *Veja* também exalta Lula, e declara que o presidente adotou uma linha correta e mais vigorosa; demitiu as diretorias dos Correios e IRB, apoiou a reforma política, mantém uma política econômica coerente, e discursou de forma aberta no fórum sobre corrupção promovido pela ONU, e destacou na fala do presidente que este governo estaria disposto a “cortar a própria carne” e que Lula estaria disposto a não manchar sua biografia.

Apesar da certa cautela em resguardar a imagem de Lula, *Veja* é incisiva em desmoralizar o PT, declarando que já não há mais bandeiras a serem defendidas.

A capa de *Veja* em 22 de junho mostra uma estátua de Lula sendo demolida, e questiona “Tem concerto”? A primeira reportagem “Nocaute” faz um parâmetro: do Dirceu que subiu a rampa do Planalto como militante petista e saiu pela porta dos fundos acusado de comandar o suposto mensalão.

A revista ressalta que o discurso de Dirceu, em sua saída, ecoa o “lamentável estilo dos políticos ortodoxos flagrados com a boca na botija”, e que sua saída coincidiu com o pedido de Jefferson de que Dirceu fosse demitido.

A demissão, analisa *Veja*, significa que ao mesmo tempo que o governo tenta desqualificar Jefferson e suas denúncias, não consegue esconder que o

deputado exerce algum poder sobre o próprio governo e os petistas mais estrelados. No depoimento, Jefferson teria se comportado como “um gigante da baixa política”. Também inocentou Lula e acusou Dirceu, Genuíno, Delúbio e Sílvio Pereira, e, apontou como o suposto operador do mensalão Marcos Valério.

Veja acrescenta que embora não haja prova da existência do mensalão, os indícios têm aparecido e apresenta a acusação de que três deputados que faziam parte do PSDB fora para o PTB, em troca do mensalão. Jefferson teria acusado também de que os cargos no governo só serviria para levantar dinheiro.

A revista encerra a reportagem diferenciando as origens de Lula e Dirceu, e afirmando que a imagem de Lula imaculada está estragada, mesmo que as pesquisas de opinião informem que os escândalos não afetaram sua popularidade. Com a saída de Dirceu, defende, Lula dá um passo fundamental na direção de salvar seu governo e preservar sua biografia. E que, o presidente está decidido a recolocar seu governo nos trilhos, ainda que seja preciso “voltar a cortar sua própria carne”. O complicado, analisa a reportagem, é que Lula tem sido enfático apenas em palavras.

Em “O pagamento do Mensalão”, *Veja* descreve quem é e como atua o lobista Marcos Valeiro, amigo do tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Assessores de Valério teriam declarado a revista de que as declarações de Jefferson seriam falsas. Antes das acusações do presidente nacional do PTB, Valério era um personagem conhecido apenas nas sombras dos ministérios, apresentava-se como publicitário, mas seria lobista do sistema financeiro. A revista faz um histórico de Valério, sua vida pessoal, profissional, o relacionamento com políticos de todos os partidos, advogados, empresários, e acrescenta que ele tem “a habilidade de pular de galho em galho sem cair” e desde Sarney tem se dado bem com qualquer governo, inclusive com o ex-ministro da comunicação Pimenta Veiga na gestão Fernando Henrique Cardoso.

Veja remete ainda a acusação da secretária de Valério, Fernanda Karina Somaggio, publicada na revista Isto é. A secretaria teria confirmado as ligações de Valério com o PT e confirmado as denúncias de Jefferson sobre as malas de dinheiro.

Na última reportagem da edição “Ópera do Malandro” *Veja* enfatiza, utilizando várias fotos, os principais momentos do depoimento em que Jefferson faz as seguintes denúncias: O mensalão, o envolvimento de Delúbio Soares, José

Dirceu, José Genoíno, a existência de malas para carregar o mensalão, o nome de alguns deputados envolvidos, a existência de caixa dois em todos os partidos.

Ainda não comprovado o envolvimento de Marcos Valério no pagamento de mesadas, *Veja* apresenta ao leitor um governo que realmente “corta sua própria carne”, com a demissão de Dirceu, de modo a diferenciar a vivência política de Lula e Dirceu, mesmo que critique o fato de o presidente ser enfático apenas em palavra.

4.3 REVISTA CARTA CAPITAL

Diante do pressuposto de que é necessário contextualizar o modo como o boletim *Em questão* informa ao cidadão sobre as denúncias de corrupção, serão avaliadas, assim como *Veja*, as edições da revista *Carta Capital* dos meses de maio e junho.

Carta Capital circula nacionalmente desde 1994 e foi fundada pelo jornalista italiano Mino Carta, como alternativa às revistas similares que existiam no período: *Veja* e *IstoÉ*.

Como não era possível substituí-las, em termos de posição no mercado, assumiu-se ao longo do tempo uma postura de análise crítica dos fatos mais do que apenas reportagens noticiosas. É uma revista de periodicidade semanal publicada pela Editora Confiança e destaca-se pela pequena quantidade de publicidade e por sua abordagem diferenciada das apresentadas pelos demais semanários e jornais. Especialistas e intelectuais de diversas áreas do conhecimento escrevem nas diferentes editorias da revista, o que a torna nitidamente crítica, opinativa, argumentativa.

Sua orientação política é claramente de esquerda, com forte oposição principalmente ao Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB.

Por isso, é importante considerar o modo como uma revista, de orientação esquerdista, se relaciona com o discurso do governo, aqui especificamente, na formulação de política de comunicação do boletim *Em questão*.

A tabela a seguir apresenta a data de publicação, páginas e principais assuntos correlacionados nas análises que feitas abaixo:

| Data de publicação | Páginas | Assuntos |
|---------------------------|----------------|---|
| 25 de maio | 34, 35 | Presidencialismo proporciona “divisão” de cargos em estatais/ corrupção. Crises de FHC |
| 1 ° de junho | 35, 36 | PSDB aproveita a crise para lançar candidato a presidência em 2006. Crises e denúncias de corrupção no governo FHC |
| 15 de junho | 36, 37 e 38 | Denúncias de Jefferson – mensalão no PT. Oportunismo do PSDB: Golpe Branco |
| 22 de junho | 38, 39 e 40 | Denúncias de Jefferson na CPI. Análise: Compra de voto, Caixa dois. Participação popular: plebiscitos e referendos |

Devido ao fato de a primeira denúncia de corrupção que desencadeou ter sido publicada pela revista *Veja* em 18 de maio, a edição da revista *Carta Capital*, obviamente não traz nenhum assunto que repercute as denúncias.

Na edição de 25 de maio a revista cita o fato da “abertura da CPI para apurar um bem documentado caso de corrupção em licitações envolvendo um funcionário de terceiro escalão dos Correios, supostamente patrocinado pelo presidente do PTB, Roberto Jefferson” e critica o diagnóstico de crise institucional, que correu a imprensa e o meio político. Afirma que o problema, de uma “crise frágil” é produto do presidencialismo, ou seja, grandes problemas ocorrem no governo devido a fatura de cargos oferecidos a partidos aliados em troca de apoio. Além disso, os novos petistas, provocaram rejeição “por sua virtude” (como qualifica *Carta Capital*) na máquina do poder, o que causou reação dos partidos que já ocupavam cargos. A revista ainda cita casos de corrupção na Eletronorte.

Carta Capital aponta como raiz dos problemas da heterogênea base parlamentar de Lula, o loteamento de cargos e a liberação de dinheiro para emendas parlamentares. São relembra as crises vivida em oito anos do governo peessedebista de Fernando Henrique Cardoso. A revista afirma que cada choque aumenta “energia cinética” de FHC – e novamente, reafirma que a tese do PSDB é bater na tecla da crise institucional (atuou na eleição de Severino e “atiça” o radicalismo tucano sedento por CPI, e destaca a contradição: “FHC foi um coveiro de CPIs).

Nesta edição, a revista ainda não tinha a dimensão e nem o caminho a que todas essas denúncias levariam – capaz de demitir ministros, e desconstruir a estrutura do Partido Trabalhista. A primeira matéria pós escândalo nos Correios fala de uma possível crise institucional, fomentada pelas estratégias do PSDB. No entanto, acredita que nesta ocasião, a crise é fruto do pessimismo exacerbado da oposição – mas esta não conseguirá atingir o “muro intransponível” que é a imagem pública de Lula. A crise, sintetiza a revista, é fruto do presidencialismo brasileiro de coalizões. Percebe-se que *Carta Capital*, sem muito esperar os resultados das denúncias, já assume certas posições em defesa do governo. E sintetiza que, “negócios públicos imbricados com amigos particulares e estruturas particulares não combinam” – fruto, novamente do loteamento de cargo.

Na edição de 1º de junho há um tucano na capa e o texto diz: “Serra, Aécio, Alckimin ou FHC. CPI dos Correios, Carta de São Paulo, ofensas pesadas... Os tucanos atacam e oferecem um “gerente” como candidato à Presidência. Quem? Eles também se bicam.”

A revista afirma que a campanha para a reeleição de 2006 já iniciou – e aproveita o ensejo das denúncias de corrupção. *Carta Capital* levanta a questão: A CPI foi constituída mais para saciar os tucanos do que à moralidade pública? E prossegue seu questionamento, referindo se as denúncias são causa ou conseqüência do início antecipado de uma campanha eleitoral. Partindo deste pressuposto, são apresentadas as declarações do PSDB que ratificam o fato de que o partido aproveita as denúncias, acusações e críticas para alavancar seus candidatos, sendo Alckmin o mais “natural” e sua campanha delineada por uma necessidade de “gerenciamento” que o país estaria passando. Aécio Neves seria o candidato que possui maior perspectiva de crescimento.

O presidente do IBGE, alerta a revista, Carlos Montenegro informou no entanto, que as denúncias de corrupção não tem “colado” em Lula, e que devido a ação da PF, a sociedade teve a sensação de que a impunidade diminuiu. Posteriormente, *Carta Capital* relembra o leitor das crises e denúncias de corrupção do governo FHC.

Ao contrário da edição anterior, a revista declara que a CPI tem força suficiente para jogar o governo na berlinda e ameaçar a reeleição de Lula. Só cita os supostos casos de Corrupção sem elucidar ao eleitor, e elas sempre convergem com o fato de que são um palanque para os candidatos a eleição em 2006.

A posição de gerente, adotada na Campanha de Alckmin, é duramente criticada pela revista, que afirma que atributos gerenciais não são suficientes para governar um país.

Na edição de 8 de junho a revista não aborda nenhum assunto referente às denúncias.

Já no dia 15 de junho, a capa de *Carta Capital* contém um enorme ponto de interrogação sobre o palácio do Planalto coberto por nuvens negras. Na capa as seguintes chamadas – O que de fato está por trás da história do mensalão; Lula contemporizou, mas a elite tenta sangra-lo até o fim; *Em questão*, os sistemas de governo, de poder e de vida do povo brasileiro; Wanderley Guilherme dos Santos: “Os tucanos apoiariam golpe branco”.

A matéria “A sombra do mensalão” anuncia que, acuado por denúncias, Jefferson acusa o PT de comprar votos e agrava crise política.

Carta Capital inicia o relato afirmando que “o homem que o presidente afirmou que entregaria um cheque em branco” lançou o governo e o Congresso na mais profunda crise desde a posse, mesmo apresentando denúncias sem provas. A reportagem foi escrita após a entrevista de Jefferson na Folha de São Paulo, em que ele afirmou que Delúbio Soares pagava mesada de até 30 mil reais a parlamentares do PP e do PL em troca de fidelidade aos projetos do governo – fato, ressalta a revista, já divulgado sem comprovação no ano passado pelo Jornal do Brasil. A denúncia de Jefferson, prossegue – tornou inevitável que a CPI dos Correios amplie suas investigações a outras estatais e atingiu em cheio o patrimônio ético construído pelo PT.

Segundo *Carta Capital*, a reação do governo do PT piorou e tumultuou a situação, pois ministros se contradiziam sobre o fato de o Planalto conhecer ou não o suposto mensalão.

De acordo com Jefferson, Lula fora avisado em Janeiro e chorara ao saber da prática, e após este encontro a mesada teria sido suspensa. As denúncias, ressalta a revista, provocou uma queda-de-braço entre o governo e o PT, já que o presidente afirmou que gostaria de ver Delúbio afastado da tesouraria do partido.

A revista faz questão de enfatizar que as denúncias de Jefferson, reveladas na entrevista para a Folha, no dia seis de junho, destruiu a imagem ética do partido para “deleite” da oposição e lembra que Jefferson fez parte da composição do governo Fernando Collor.

O tesoureiro do PT Delúbio Soares em coletiva com a imprensa se defendeu e colocou a disposição seu sigilo bancário e fiscal, mas não produziu respostas claras aos repórteres. *Carta Capital* enfatiza que mesmo assim os petistas que estavam na reunião negaram o possível afastamento do tesoureiro. Na defesa de Delúbio, José Genoíno esclareceu que as acusações de Jefferson eram “infundadas, inverídicas e estapafúrdias”.

Na legenda da foto de Lula abatido, a revista afirma que o presidente desmoronou mas esboçou reação com mudanças em estatais e a intenção de “cortar a própria carne”.

Novamente a revista reafirma que as declarações dos parlamentares petistas sobre a base de sustentação de Lula foram ingênuas, pois declararam que a crise era fruto de má companhia, e José Dirceu de que o governo paga o preço por ter buscado o apoio de outros partidos para formar a maioria no congresso.

A crítica que *Carta Capital* agora sustenta é de que é impossível jogar a culpa nos aliados, pois eles têm dado grande apoio ao governo, muito mais do que o próprio PT e a crise é muito mais fruto de uma continuidade do que de uma ruptura provocada pelo governo petista, ou seja, ao adotar o perfil de alianças e política econômica de FHC, Lula está sujeito aos mesmo problemas do governo do PSDB.

A revista também atribui à crise o fator de continuísmo das políticas de FHC, e apresenta o discurso de Dirceu contra o ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Informa ainda que Palocci está tentando manter a economia sobre controle na medida que sua imagem e nem a do governo é atingida pelas denúncias.

Carta Capital afirma que a desorientação do PT contrasta com a organização do PSDB, e ao mesmo tempo, afirma, o partido quer vestir o uniforme de oposição responsável e sangrar aos poucos o prestígio de Lula, já que pretende magnetizar o governo e o partido com o bordão da corrupção.

Em “ABC do varejo parlamentar” a revista esclarece ao leitor que as denúncias de Jefferson é mais um dos capítulos da conturbada história pós-regime militar e faz um histórico de casos parlamentares envolvidos em escândalos. Anteriormente explica que os parlamentares do PT propuseram uma CPI que investigasse além do mensalão, mas a compra de voto de modo geral – o que chegaria a operação para a emenda constitucional que conduziu a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. O caso dos anões do orçamento, denúncias envolvendo Hidelbrando Pascoal são alguns casos descrito pela revista.

Finalizando a série de reportagens desta edição, em entrevista, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos afirma haver um “golpe branco” contra Lula no movimento da oposição, e principalmente do PSDB e compara FHC com Carlos Lacerda e explica que a missão do PSDB é algemar o governo para enfraquecer a candidatura de Lula em 2006 e defende que a maioria da imprensa está com a oposição. Tanta a posição da revista quanto a do entrevistado é também de que a imprensa criou um terremoto com denúncias genéricas e não comprovadas e que tem sido desesperador para ela não conseguir afetar a imagem de Lula com estas séries de denúncias. E acrescenta, reafirmando a posição da revista, de que se o discursos de Lula fosse o mesmo da posse, e não tivesse concedido tudo a oposição, não estaria enfrentando estes problemas. “Ou seja, Fernando Henrique pautou o discurso de Lula”, conclui o cientista político.

A matéria “Terreno Fértil para especulação” reafirma o fato de que o presidente Lula e o ministro Antônio Palocci tentam manter suas imagens intactas para acalmar o mercado.

Ao contrário de adotar medidas para mudar estas estruturas, destaca a revista, Lula, utilizou de três estratégias para controlar a crise; o trabalho da PF na investigação de estatais como os Correios e IRB, incentivo à reforma política especificamente quanto a fidelidade partidária e financiamento público de campanha, e a última medida foi uma ampla reforma ministerial em que apenas o ministro da justiça e da fazenda seriam poupados.

Em 22 de junho *Carta Capital* na reportagem “Sob fogo cerrado” enuncia que Jefferson, tratado como acusador e, não como réu, provoca a demissão de José Dirceu.

O discurso do ex-ministro é de que é necessário mobilizar o PT pra combater os que querem interromper o processo político democrático e querem desestabilizar Lula. A revista afirma que Dirceu atraiu as principais crises do governo, deste Waldomiro Diniz às brigas com Aldo Rebelo e Antônio Palocci.

Jefferson, confirmando em sessão da Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, o suposto esquema de mesadas para deputados do PP e PL, “lançou a sorte de Dirceu”.

A revista critica o fato de o Congresso trata-lo como testemunha e não como réu e mesmo sem apresentar provas, convenceu na retórica, e que até quando se auto-incriminou foi tratado com condescendência. O deputado, na ocasião, incriminara Dirceu de ser o gerente do esquema e Delúbio Soares, o tesoureiro que arrecadaria a mesada.

A revista enfatiza que Jefferson atuava com caras, gestos e bocas e que, parlamentares afirmaram que o mensalão, uma vez que avisado a Lula, seria uma prova de prevaricação do presidente.

De acordo com a revista, o governo ao sugerir a liderança do petista, Delcídio Amaral na CPI dos correios, foi acusado pela oposição de que a comissão seja uma chapa branca. *Carta Capital* enfatiza que, no governo FHC, quase todas foram presididas por governistas. Analisa ainda, que a saída de Dirceu, “que sempre foi um contraponto à política econômica”, agrada a burocracia de Palocci.

Na reportagem seguinte “Dinheiro e Voto, relação promíscua”, a revista avalia que no Brasil quem tem mais recursos, obtém melhores resultados nas urnas. A reportagem avalia que “merece atenção” as denúncias de Jefferson (ex-integrante da tropa de choque de Collor, ressalta), e o que ele falou vale sem exceção para todos os partidos e para todas as administrações públicas.

Analisa ainda a prática de caixa dois, e afirma que o voto foi reduzido à dimensão de uma mercadoria, que a preeminência do dinheiro nas campanhas criou a regra de quem tem mais dinheiro tem mais votos, e que a contaminação produzida pelo dinheiro tornou a eleição um fato essencialmente econômico. O posicionamento é de que nem o financiamento público acabaria com este problema, mas, a extinção do capitalismo.

Em entrevista, o jurista Fábio Conder Comparato, avalia que esta é a hora de ampliar a participação popular nas decisões públicas. O jurista acredita que este caminho será proporcionado pela criação de plebiscitos e referendos, que tem como objetivo “colocar o bem comum do povo acima dos interesses particulares, inclusive dos próprios órgãos estatais”.

Conforme análise feita das reportagens que compreendem as datas de 25 de maio, 1º de junho, 15 de junho e 22 de junho, observa-se que a revista tenta resguardar a imagem de Lula, separando-a algumas vezes da de seu partido, o PT, mas critica o governo quando as suas ações são similares a de Fernando Henrique Cardoso, principalmente em relação a questão econômica. Ou seja, para *Carta Capital* crise é fruto de um continuísmo, das políticas neoliberais, do capitalismo. Esta revista, diferentemente de *Veja*, a cada edição relembra o leitor a corrupção vivida pelo governo de FHC, e informa ao leitor que o PSDB aproveita a ocasião para se projetar, espetacularizando a crise.

Carta Capital, portanto, não descreve como *Veja* os casos de corrupção, envolvendo ou não o governo, em estatais e até a edição avaliada, de 22 de junho, não aborda de modo tão enfático as denúncias de Jefferson.

O modo como *Carta Capital* informa o leitor sobre a crise em muitos aspectos se assemelha ao boletim *Em questão*, principalmente no que tange ao fato de que não há um aumento na corrupção, e sim consequências de um presidencialismo que proporciona, por exemplo, alianças que colaboram para estes casos.

No entanto, ao contrário do boletim, que enfatiza a importância da mídia para a vivência democrática, *Carta Capital* avalia que a imprensa criou um terremoto com denúncias genéricas e não comprovadas e que tem sido desesperador para ela não conseguir afetar a imagem de Lula com estas séries de denúncias.

5. RESULTADO E DISCUSSÃO

Como foi possível avaliar, as reportagens das revistas *Carta Capital* e *Veja* sobre as denúncias de corrupção, substancialmente, abordam de modo distinto o tema. No entanto, percebe-se que o boletim *Em questão* responde ao posicionamento de ambas, sendo perceptível o papel da mídia na formação da política de comunicação.

Através da investigação dos instrumentos normativos, a legislação determina que um dos objetivos da Secom é estimular a sociedade a participar do debate e da definição de políticas públicas essenciais para o desenvolvimento do País, e realizar ampla difusão dos direitos do cidadão e dos serviços colocados à sua disposição. O boletim informa ao cidadão as ações do atual governo para combater a corrupção a importância da participação da sociedade civil para a efetivação destas políticas, mas não estimula o debate ou participação na formulação das políticas. O *Em questão* realiza, de certo modo, a difusão dos serviços que estão à disposição da sociedade, característica da comunicação governamental, em que o governo utiliza de organizações formais de instituições públicas para a divulgação de informações de interesse do governo e se utiliza de propagandas para persuadir a população.

Silva (2005, p. 102) em sua pesquisa “A construção da Imagem pública do governo do PT”, constatou que é perceptível no *Em questão* a tentativa de programação de diversas características, conceitos e imagens ideais e isso “... pode ser identificado nos temas abordados pelas mensagens, nas falas das fontes oficiais, na abordagem dos programas, nas justificativas das ações governamentais e na prestação de contas à sociedade. As mensagens ressaltam características da gestão em andamento e dos agentes que a realizam”.

Percebe-se nos boletins analisados, que destacam o combate à corrupção, a utilização do marketing político – o que aponta políticas fundamentalmente imediatistas e centradas na atividade de propaganda política.

O governo afirma que há uma necessidade de debate para as medidas de combate à corrupção. No *Em questão* esta medida é apenas declaratória não apontando, por exemplo, a importância do acesso ao Portal da Transparência. E é justamente por meio de políticas de comunicação que o governo deveria criar um espaço privilegiado de negociação entre a sociedade civil e o Estado.

Ou seja, o governo disponibilizou alguns meios para que haja participação da sociedade civil no combate à corrupção, mas não motiva a utilização destes a partir de políticas de comunicação. A comunicação como perspectiva de política pública deve criar e implementar o exercício de um debate e assim implementar alternativas de governo e sociedade. As políticas de comunicação do governo são incapazes de mudar o comportamento público para que estas medidas, no caso da “vigilância”, sejam efetivamente tomadas.

Silva (2005) também identificou que o discurso do governo é o de que sua gestão conseguiu fazer o que os outros governos não conseguiram.

A comunicação do governo busca construir a imagem de que a atual gestão se caracteriza pela perseguição “obsessiva” do cumprimento de suas promessas de campanha eleitoral. (...) um governo empreendedor, que tem feito, em poucos meses de governo não foi realizado em oito anos pelo governo anterior. (SILVA, N., 2005, p 106)

A autora constatou ainda que em diversas ações institucionais o objetivo era de o de fixar uma imagem positiva do governo, tendo enfoque meramente positivo, sem visões contraditórias ou contrárias à oposição do governo. “O que se percebe nesses boletins é a total inexistência de diálogo entre o governo e a sociedade, pois é uma comunicação vertical, autoritária e não-participativa”, (SILVA, 2005, p 145).

Ou seja, como foi possível identificar aqui, há uma tentativa da fixação de uma imagem positiva do governo e o reaproveitamento de entrevistas do Presidente concedidas à mídia de forma descontextualizada e fragmentada, dificultando a compreensão do leitor.

Por isso, outra característica que pode ser avaliada, é o fato de o boletim não ter o objetivo de mobilizar a sociedade a participar das discussões – por exemplo, o Fórum de combate à corrupção só foi divulgado depois do início das atividades, discursos do governo em eventos e em rádio e TV – todos já ocorridos – que tinha como objetivo discutir temas como corrupção, lavagem de dinheiro, mensuração da corrupção, licitações públicas, conflitos de interesses, pregão eletrônico e corrupção em âmbito local.

Outro aspecto que deve ser questionado é até que ponto a mídia colabora para que o cidadão compreenda e participe da consolidação da democracia,

fortalecendo o diálogo governo-sociedade, uma vez que é espaço privilegiado da esfera pública.

Conforme ressaltou-se, o boletim *Em questão* responde a maior parte dos questionamentos ou posicionamento das revistas *Carta Capital* e *Veja*. Percebe-se que o interesse em responder a mídia é maior do que o de informar o próprio cidadão e levá-lo a adotar as políticas de combate à corrupção. Ou seja, o modo como a mídia espetacularizou as denúncias, estimulou o governo a ressaltar/exaltar suas políticas, características da comunicação governamental.

De certo modo, os dados demonstram que a espetacularização das notícias pode conduzir a uma espetacularização do Estado. O enfoque das reportagens, as fotografias, os infográficos, a formulação de legendas, o título das matérias, que ressaltam o uso de metáforas, com tons de suspense parecem encenação, um ato teatral. O cidadão é um espectador que recebe as denúncias atônito e não participa da vida pública. *Em questão* também acaba sendo obrigado a se posicionar diante do espetáculo midiático. As ações do governo se tornam quase uma epopéia, e o Estado é apresentado como se estivesse pronto a lutar contra os corruptores que o desvirtuam.

Retomando a abordagem das revistas, *Veja* nas edições iniciais não cita qualquer envolvimento de Lula com esquema de corrupção – mesmo que as denúncias sejam em uma estatal. O problema apresentado tanto por ela quanto por *Carta Capital*, está na disposição do grande número de cargos comissionados, repartidos entre os partidos aliados, identificado como “problemas do presidencialismo brasileiro”. A resposta do *Em questão*, quanto a este questionamento específico de ambas as revistas, está no fato de o governo declarar ser imprescindível uma reforma política.

As ações da Corregedoria Geral da União, Polícia Federal, Pregão Eletrônico, apresentados pelos boletins, são exaltados por *Veja*, que, enaltece o fato de os órgãos públicos estarem desvendando casos de corrupção que envolvem os próprios petistas. *Carta Capital*, adotando uma postura mais rigorosa, atribui, contraditoriamente ao discurso do *Em questão*, os casos de corrupção ao “continuismo” político que Lula adotou.

A mídia, pois, que vigia o Estado e deve estimular que o cidadão cobre os seus direitos, acaba por apenas atacar e defender posições ideológicas, incentivando o aumento a publicidade do governo, enfim, a comunicação

governamental. Questiona-se, pois, se interessa à mídia estimular o diálogo direto do cidadão com o Estado, ou a comunicação governamental, que privilegia ações para a concretização de programas do governo. Conforme constatou-se, as denúncias das revistas fizeram o governo se posicionar reforçando a propaganda de seus programas. Este reforço se dá inclusive por meio de publicidade institucional, veiculada na própria mídia. Daí o fator de que, possivelmente, à mídia é mais rentável gerar no Estado uma necessidade de defesa e, conseguinte, investimentos em divulgação.

Os meios utilizados pela Secom não são os necessários para a efetivação de uma política de comunicação pública. As políticas de comunicação deveriam ser aprimoradas não apenas no que se trata de assuntos de interesse da sociedade, como campanhas que visam informar aos cidadãos sobre assuntos como o combate ao HIV, denúncias de abuso sexual, etc, mas políticas que também estimulem o cidadão a comunicar suas necessidades ao governo, do mesmo modo que o Estado fala sobre sua própria administração. A comunicação é ainda vista apenas pela perspectiva dos conteúdos e não como uma prática. E é justamente este aspecto o diferenciador da comunicação pública – ela não consiste apenas em campanhas, ações pontuais, mas em um fluxo comunicativo, por meio do qual se dá a relação Estado-sociedade em bases democráticas.

O *Em questão* não possui suficiente visibilidade, não há divulgação e nem incentivo à participação pública. A internet, embora ainda excludente, talvez desponte como um dos desafios para a efetivação da comunicação pública. A facilidade do acesso à informação a qualquer momento, à pesquisa em bancos de dados, a possibilidade de interação que esta nova tecnologia oferece é um horizonte de possibilidades para uma prática comunicativa. Muitos sites criados pelo governo, como o portal da Transparência e o pregão eletrônico, é um exemplo, por outro lado, de uma comunicação no Estado que se expressa diferentemente da maioria das políticas de comunicação praticada pelo governo, inclusive pelo próprio *Em questão*. Apesar de todas estas possibilidades proporcionadas pela internet, só seria possível a efetivação de uma comunicação pública se, concomitantemente, fossem realizadas ações de inclusão digital para que o acesso se estendesse a grande parte da população. No entanto, em um país que possui dificuldades enormes para executar programas de alfabetização e em que uma significativa parcela da

população encontra-se em situação de miséria a utilização da internet é, certamente, um grande desafio.

Apesar dos desafios elencados por este trabalho, compreender a relação entre política e comunicação é, pois, imprescindível para a adoção de uma postura existencial e cidadã que reivindica a democracia como um valor universal, e o seu aprofundamento como garantia de uma vida na qual o homem possa ser demasiadamente humano (Rubim 2000).

6. CONCLUSÃO

Certamente existe uma preocupação com a elaboração de uma Política de Comunicação na Secom, no entanto, ela não inclui efetivamente a comunicação pública – ou seja, a informação voltada para a construção da cidadania. A configuração entre comunicação e política de acordo com Brandão (2003) pode se expressar por meio de uma comunicação pública, comunicação governamental ou ainda, marketing político. Estas duas últimas categorias correspondem a um fluxo de relações comunicativas entre o estado e a sociedade que serve para legitimar o discurso ideológico do governo e, deste modo, conformar a população dando-a ilusão de participação no processo democrático, e assim, afastando-a da efetiva tomada de decisões, apenas divulgando informações de utilidade pública ou de interesse governamental. Já a comunicação pública se faz no espaço público e não se instaura unilateralmente, sendo um processo em construção.

Por meio das análises dos instrumentos normativos e de determinadas edições do *boletim Em questão*, buscou-se identificar qual conceito de comunicação emergiria das políticas praticadas pelo governo. Diante da necessidade de constatar ainda a influência da mídia na formulação destas políticas, foram avaliadas as edições correspondentes das revistas *Veja* e *Carta Capital*, especificamente no período dos meses de maio e junho, em que surgiram denúncias de corrupção em estatais.

Os instrumentos normativos apresentam em suas atribuições principais, critérios que poderiam privilegiar a comunicação pública, especificamente a lei que cria a Secom e que determina que uma de suas funções é “relacionar e articular com as entidades da sociedade civil, na criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo” bem como o texto de apresentação do site da Secom: “A Secretaria é responsável pela comunicação do Governo Federal, presta apoio aos seus órgãos e busca fortalecer canais de comunicação dos cidadãos e das cidadãs com o Poder Executivo Federal”. No entanto, estes ideais não são sequer especificados nestes instrumentos normativos, e empiricamente, por meio da análise do *Em questão*, não foram efetivados.

A desestruturação da Secom, decorrente das denúncias de corrupção, a ponto de reconfigurar toda sua estrutura e modificar sua natureza é um indicio de que ao invés do dinheiro público servir para a promoção das políticas de

comunicação, serve para a prática de caixa dois por meio de licitações fraudulentas e desvios de verba pública.

Assim como *Carta Capital*, o boletim critica os interesses eleitorais dos partidos da oposição, mas diverge da revista ao afirmar que há um avanço às políticas de combate à corrupção e não um continuísmo.

Em relação a análise do *Em questão* e a influência da mídia, foi possível constatar que, *Carta Capital*, que possui um jornalismo mais opinativo, aponta certos exageros da mídia em enfatizar tão duramente o declínio da ética do governo. As crises do governo de Fernando Henrique, o posicionamento do PSDB com interesses eleitorais são sempre identificados.

Mesmo que a revista não esconda os casos de corrupção, acaba por prezar sobretudo a análise conjuntural. A crítica severa a Lula, ao contrário da revista *Veja*, é de que o continuísmo às políticas de FHC, principalmente a econômica e ao modelo de alianças políticas, são o que conduzem o governo aos mesmos problemas.

Já *Veja* informa ao leitor, de modo descritivo, casos de corrupção e de que modo o Estado reage à elas. O governo é apresentado ora como vítima dos problemas do presidencialismo brasileiro, que facilita a corrupção na máquina pública, ora como inovador, conseguindo criar novos meios de combate à corrupção, ora como conivente, tendo o mesmo comportamento de governos anteriores. O partido dos trabalhadores sofre mais críticas do que o próprio Lula. A ética, notadamente defendida no discurso petista, é severamente questionada.

Em questão apresenta meios para que a sociedade participe das políticas de combate à corrupção, mas não estimula esta participação. Do mesmo modo, *Veja* (exceto na reportagem “Pregão eletrônico”) cita ações, mas não especifica o modo como a sociedade pode participar delas. Já *Carta Capital* critica esta linha de atuação, que serve apenas para mascarar as reais necessidades. *Em questão* persiste no discurso de mudança e de não complacência do governo frente às denúncias de corrupção. O discurso de “cortar a própria carne” é o modo, e único, como o governo se posiciona para tratar do envolvimento de petistas no caso de corrupção. Esta constatação indica a necessidade do PT de se mostrar um governo de mudanças.

O papel da mídia na construção das políticas públicas de comunicação, e até que ponto ela deve interferir nestas políticas, se efetivando como espaço

privilegiado da esfera pública, e, contraditoriamente, como alerta Rubim (2000) servindo de empecilho para a interação do cidadão com o Estado também é uma importante questão a ser levantada e discutida. Registra-se aqui que, está é uma questão de suma importância que este trabalho não analisou devidamente e não consegue responder, e que em tempo oportuno poderá ser pesquisada.

Por meio dos boletins analisados avaliamos principalmente que o governo presta conta à sociedade e estimula a população a adotar as políticas promovidas, no entanto, estas categorias não são necessárias para que se efetive uma política de comunicação pública. Ou seja, utiliza-se da comunicação governamental, imprescindível para a governabilidade, mas não de uma comunicação pública.

Como foi enunciado no início do trabalho, tratar de comunicação como política pública é arriscar por um tema ainda muito pouco estudado e com muitas lacunas que as teorias não conseguem preencher.

O que as teorias elencadas ainda não respondem é quais meios devem ser utilizados para a consulta popular e a eficácia dos já existentes (referendos, plebiscitos). Se, por meio de projetos de comunicação, como as campanhas que tratam de temas da saúde pública, que mobilizam a sociedade a despertar o interesse pelo papel do Estado, e ainda, como se efetivaria a articulação com organizações da sociedade civil. Tais temáticas, que este trabalho não pôde abordar, talvez sejam de interesse para projetos futuros de pesquisa, nos quais a relação Estado – sociedade venha a receber um aprofundamento cada vez maior, em benefício do amadurecimento comunicacional da democracia brasileira.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade:** Para uma teoria geral da política. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MATOS, Heloíza **Propaganda governamental e redemocratização no Brasil: 1985-1997.** Disponível em <http://sites.uol.com.br/jorgealm/heloiza.html>. Acesso em: 03 mar.2003.
- MATOS, Heloíza. **Desafios da comunicação pública no processo de democratização no Brasil.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA comunicação, INTERCOM, 1998. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/gtco/mattos.htm>. Acesso em: 03 mar. 2003.
- MATOS, Heloíza **Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do Legislativo.** Belo Horizonte: XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, 1999.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e Política.** São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DA SECRETARIA GERAL DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA (Secom). Brasília, 2005. Disponível em: www.presidência.gov.br/secom. Acesso em 16 nov. 2005
- SIGNATES, Luiz. **A sombra e o avesso da luz:** apropriação crítica da teoria dual de sociedade em Habermas aos estudos contemporâneos de comunicação. 2001. Tese (Doutoramento em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- SIGNATES, Luiz. **O critério DAIA: uma sugestão para se avaliar a democracia na comunicação.** Salvador-BA: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, 2002.
- SIGNATES, Luiz. **Políticas públicas de comunicação:** alguns referenciais teóricos e práticos de um problema mais amplo do que se pensa. Belo Horizonte: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, 2003.
- SILVA, Luiz Martins da; BRANDÃO, Elizabeth; MATOS, Heloíza. **Comunicação Pública.** Brasília: Casa das Musas, 2003.

SILVA, Noêmia Félix. **A construção da Imagem Pública do Governo do PT.** 2005. 248f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.